



CONSELHO DE PAZ
E SEGURANÇA DA
UNIÃO AFRICANA

ATORES MILITARES NÃO ESTATAIS NO SAARA-SAHEL

NON STATE MILITARY ACTORS IN THE SAARA-SAHEL

Henrique Pigozzo¹
Jéssica da Silva Höring²

RESUMO

Um dos principais desafios enfrentados pelos Estados africanos é a atividade de atores militares não estatais, e em vista a porosidade das fronteiras do continente, a tendência à internacionalização de conflitos originalmente domésticos. A caracterização do Saara-Sahel como o segundo front da Guerra Global ao Terror após os atentados de 11/09/2001, assim como as crises internas de países-chave, como Nigéria, Mali e Líbia, colocaram a região em evidência sob a ótica securitária, por vezes servindo como justificativa para a criação de iniciativas extrarregionais de combate ao terrorismo. O objetivo deste artigo é compreender a atuação de grupos armados não estatais no Saara-Sahel e seus desdobramentos para a dinâmica política e social da região, levando em conta especialmente a ascensão do Boko Haram, de grupos ligados à etnia Tuaregue, e do Al Qaeda no Magreb Islâmico (AQMI). Além disso, são apresentados os mecanismos extrarregionais de contraterrorismo, bem como as iniciativas e interesses dos atuais membros do Conselho de Paz e Segurança da União Africana, e os desafios postos à União Africana para a resolução de problemas regionais.

¹ Henrique é aluno do 3º ano de Relações Internacionais da UFRGS e diretor assistente do CPSUA.

² Jéssica é aluna do último ano de Relações Internacionais da UFRGS e diretora do CPSUA.

1 HISTÓRICO

1.1 ATORES MILITARES NÃO ESTATAIS: UM CONCEITO

Um dos principais desafios enfrentados pelos Estados africanos após o fim da dominação colonial é a atividade de grupos armados não estatais. A preocupação maior é o efeito da atuação desses grupos sobre a capacidade desses Estados em prover condições de vida para suas populações, tendo em vista necessidades de segurança, representação política e bem-estar (Okumu e Ikelegbe 2010). As questões securitárias na região do Saara-Sahel, especialmente na última década, não fogem desse contexto, tornando-se necessária a introdução do conceito de atores militares não estatais, bem como de suas formas de atuação e fontes de financiamento.

Apesar de não haver consenso sobre a definição de atores militares não estatais, para fins desta análise será adotado o conceito de Schneckener (2006, 25, tradução nossa), segundo o qual “[atores militares não estatais] estão dispostos e são capazes de usar a violência para perseguir seus objetivos; e não são integrados em instituições estatais formais, como exércitos regulares”. Para deslegitimá-los, é comum a associação desses grupos não estatais com o terrorismo, associação muitas vezes carregada de juízo de valor e sempre conveniente para o interesse político daquele que faz o discurso (Roberto e Melos 2014). No entanto, a expressão “ator militar não estatal” é um conceito guarda-chuva, abarcando vários tipos de grupos, inclusive terroristas, com variados objetivos, ideologias e formas de atuação. É importante perceber que podem existir vários padrões de relação entre o Estado e grupos não estatais, não somente de oposição, sejam eles de substituição ou coexistência ao monopólio da violência, e de suporte ou deposição do regime (Engels 2010).

De acordo com Schneckener (2006), os atores militares não estatais podem ser classificados em:

- (a) **grupos insurgentes**, também chamados de rebeldes, que buscam essencialmente a alteração do status quo através da libertação de uma nação ou de uma classe social/étnica, seja contra o domínio colonial, pela queda do regime de governo, seja pela separação territorial;
- (b) **grupos de milícia**, que agem com o suporte de um governo ou com a sua aquiescência, mantendo relativa autonomia e sendo empregados, geralmente, para a manutenção do status quo, reprimindo grupos rebeldes ou intimidando dissidentes e opositores;
- (c) **grupos terroristas**, por sua vez, utilizam-se da violência psicológica para atingir

objetivos alegadamente políticos, sejam eles revolucionários, nacionalistas, religiosos etc., sem discriminar alvos. Esses grupos, que por vezes compõem redes transnacionais de terrorismo, são atores militarmente mais fracos, lançando mão da violência psicológica para desestabilizar o inimigo através de práticas como sequestro, sabotagem, assassinato, ataques suicidas e carros-bomba;

- (d) **grupos criminosos com objetivos econômicos**, que incluem tráfico internacional, roubo, fraude e extorsão, mas não deixam de lado os meios políticos para corromper agentes estatais para a perpetuação de suas atividades ilícitas, ou seja, pela manutenção do status quo;
- (e) há, ainda, os **chefes tribais**, considerados líderes legítimos da população local, que podem comandar grupos armados para dissuasão e autodefesa e para a confrontação de rivais internos;
- (f) **mercenários** também têm interesses econômicos, atuando ao lado de unidades combatentes em guerras civis ou guerras interestatais, podendo ser identificados em qualquer lado dos conflitos.

É importante notar que, enquanto na teoria existem tipos idealizados de atores militares não estatais, na prática os grupos podem utilizar táticas ou fontes de financiamento características de outra categoria (Schneckener 2006). Portanto, é preciso ter em mente que a linha divisória entre esses grupos é difusa, sendo necessária cautela para a análise caso a caso. Apesar disso, algo comum a todos os tipos de grupos armados não estatais é a forma de guerra que praticam: a guerra irregular (Roberto e Melos 2014), que pode ser definida como,

[...] todo conflito conduzido por uma força que não dispõe de organização militar formal e, sobretudo, de legitimidade jurídica institucional. Ou seja, é a guerra travada por uma força não regular (Visacro 2009, 13 apud Ferreira 2012, 15).

No continente africano, os atores militares não estatais se constituem, ascendem e se mantêm de diversas maneiras. Em geral, os grupos armados afirmam defender os interesses de setores específicos, frequentemente pouco integrados ao resto da sociedade, mal representados democraticamente e com pouco acesso à distribuição da renda nacional. Para tanto, esses grupos utilizam-se de laços culturais, ideologias e da religião para assegurar o apoio logístico e moral da população, recrutar novos membros e garantir recursos. A relação entre forças de segurança oficiais e grupos não estatais também pode promover o surgimento de grupos armados. Facções dissidentes de exércitos nacionais, por um lado, e a experiência de antigos combatentes oficiais para o treinamento de unidades, por outro, comumente estão na origem desses atores (Engels 2010).

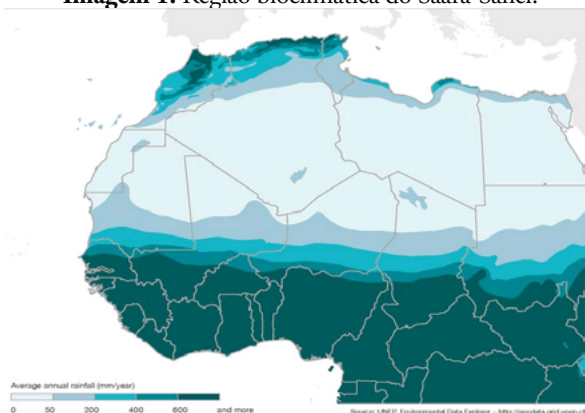
1.2 ATORES MILITARES NÃO ESTATAIS NO SAARA-SAHEL

1.2.1 O SAARA SAHEL

Primeiramente, é preciso definir e caracterizar as regiões do Saara e do Sahel. A grande região do Saara abarca os territórios de Argélia, Chade, Egito, Líbia, Mali, Mauritânia, Marrocos, Níger, Sudão e Tunísia, varrendo todo norte da África desde o oceano Atlântico até o Mar Vermelho e totalizando 09 milhões de km². Apesar de toda a região ser de clima árido, a parte central é a que recebe menos precipitações, sendo uma das regiões com as temperaturas mais altas e com maior amplitude térmica do mundo (Berrahmouni e Burgess 2015). De clima semiárido, a faixa de transição entre o deserto do Saara, ao norte, e a região de savanas, ao sul, é denominada Sahel (do árabe sâhil, que significa costa), cobrindo parte dos territórios do Senegal, Mauritânia, Mali, Burkina Faso, Argélia, Níger, Nigéria, Sudão e Eritreia (Magin 2015).

Usualmente, as duas regiões são identificados pelo volume de precipitação recebida, como ilustrado na Figura 1; a faixa mais clara demarca o deserto do Saara, enquanto a faixa intermediária ao sul, um pouco mais escura, representa o Sahel, onde já é possível praticar atividades agrícola-pastoris. Contudo, mesmo com a separação bioclimática, o Saara e o Sahel passaram a ser tratados como uma “entidade geopolítica”, por conta da transnacionalização de atividades terroristas na região a partir do início do século XXI (Retaillé 2014, 19). Aos olhos do Ocidente, o Saara-Sahel se mostra importante por ser exportador de boa parte do petróleo africano, bem como por ser próximo da Europa, tornando a instabilidade na região ameaçadora aos interesses europeus.

Imagem 1: Região bioclimática do Saara-Sahel.



Fonte: OECD/SWAC 2014.

O processo de desertificação do Saara central impossibilitou o sedentarismo no local, fazendo com que os povos caucasoídes¹ se deslocassem para o norte e nordeste do Saara, e os negros para o Sahel. No entanto, através do nomadismo e do comércio trans-saariano, algumas populações se mantiveram na região, essencialmente os líbio-berberes (Pereira 2007). Na era pré-colonial, detinha poder na região aquele que exercesse soberania sobre os homens e controlasse as rotas comerciais, ou, pelo menos, mantivesse um bom relacionamento com os seus controladores (Marques 2008). O nomadismo da população, a mobilidade das rotas, que mudavam de acordo com o aparecimento e desaparecimento de oásis², e as fronteiras territoriais difusas confrontavam-se com a divisão artificial do território implementada pela colonização. A dominação estrangeira, dessa forma, trouxe uma contradição para a tradicional organização social do Saara-Sahel, prejudicando principalmente os povos do deserto (Retaillé 2014).

A saber, boa parte da região foi colonizada pelos franceses, com exceção da Líbia e da Nigéria, dominadas por italianos e britânicos, respectivamente. Quase todos os países do império colonial francês na região obtiveram sua independência negociada com a metrópole, no ano de 1960, com exceção da Argélia. Naquele país, a repressão dos movimentos independentistas provocou uma guerra civil entre grupos insurgentes e as forças francesas, que resultou na morte de 500 mil a um milhão de pessoas em 1962 (Maglia 2013). Após a independência das colônias francesas na África, o domínio da França sobre o continente passou a ser indireto, constituindo-se a *Françafrique*³ (Sena 2012).

A formação dos novos Estados independentes está, de alguma forma, associada à origem dos atores militares não estatais da região. O acirramento da disputa pelo poder interno, a porosidade das fronteiras e a marginalização de parcela da população são problemas ainda não resolvidos por boa parte dos países do Saara-Sahel. Para a compreensão dos atuais desafios securitários da região, o foco das próximas subseções será a apresentação das raízes históricas de seus principais grupos armados não estatais, quais sejam os grupos de tuaregues, o Boko Haram e o Al Qaeda no Magreb Islâmico (AQMI).

1 O vale do rio Níger e a bacia do lago Chade foram destinos dessas migrações, locais onde a agricultura foi desenvolvida e civilizações foram erguidas, como os Impérios de Gana, Mali e Songhai, no primeiro, e o Império de Kanem, no segundo.

2 As inúmeras rotas do deserto constituíam vastas redes de trocas, possível pelo intermédio de assentamentos estabelecidos em oásis, pontos de cruzamento de rotas onde se formaram sociedades.

3 Sistema de manutenção das ex-colônias como extensão do território francês, através da cooptação das elites, da influência econômica e da presença militar nesses países, perceptível até os dias de hoje (Sena 2012).

1.2.2 TUAREGUES

Descendentes dos líbios-berberes e majoritariamente muçulmanos, os tuaregues são conhecidos como o povo do deserto, habitantes da região do Saara desde o século XIV, e hoje espalhados pela Argélia, Burkina Faso, Líbia, Níger, Nigéria e Mali (Maglia 2013). No nordeste do Níger e no norte do Mali, em particular, as reivindicações da minoria tuaregue por maior participação política, desenvolvimento econômico e acesso a bens públicos levaram ao conflito com as forças militares desses países desde a descolonização (Zoubir 2012, Lohmann 2011).

No caso do Mali, terceiro maior exportador de ouro na África e um dos países mais pobres do mundo, o controle das terras está na raiz das reclamações dos tuaregues, que compõem 1,7% da população do país (Abdalla 2009). Após a descolonização, o governo de Bamako praticou reformas agrárias que prejudicaram o modo de vida nômade-pastoril da população do Norte, além de destituir do poder líderes tribais, enfraquecendo sua coesão social e provocando a primeira rebelião tuaregue, em 1963. Os rebeldes, pouco organizados e sem meios de combate modernos, foram violentamente reprimidos pelas forças estatais em 1964, o que provocou a fuga de tuaregues para países fronteiriços, inclusive para a Líbia, onde passaram a fazer parte das Forças Armadas de Muammar al Kadafi e a trabalhar em outros setores do país. Apesar dos acordos de paz assinados posteriormente, as hostilidades nunca cessaram (Maglia 2013, Lohmann 2011, Abdalla 2009Ibid).

Nos anos de 1970 e 1980, os territórios habitados por tuaregues no Mali e no Níger passaram por crises ambientais devido a severas secas, que recrudesceram o processo de desertificação do terreno e dificultaram o acesso a água potável, exaurindo as terras férteis e reduzindo a oferta de alimentos (Maglia 2013, Abdalla 2009). As secas, além de aumentarem a tensão social, intensificaram o fluxo de emigração, principalmente para a Líbia⁴. Nesse contexto, sentindo-se excluídos também do acesso à ajuda humanitária interna e internacional, os tuaregues iniciaram sua segunda grande rebelião no Mali e no Níger, no início da década de 1990. Após meses de confrontações entre os insurgentes e as forças governamentais repressoras, foi assinado um cessar-fogo em 1991, em Tamanrasset, na Argélia, acordando a descentralização do poder e o esforço para o desenvolvimento do Norte do Mali. No entanto, as hostilidades continuaram por parte de alguns grupos rebeldes, se encerrando somente em 1996, com a deposição das armas dos

4 Além da possibilidade de melhores condições de vida, os tuaregues imigrantes foram atraídos para a Líbia pelo apoio que recebiam de Kadafi, o qual integrava os jovens em sua Legião Islâmica e lhes dava treinamento militar, ou seja, lhes conferia cidadania.

rebeldes (Maglia 2013, Lohmann 2011, Abdalla 2009).

Desde 2006, no entanto, a insatisfação da população fez com que as hostilidades entre insurgentes tuaregues e forças governamentais novamente escalassem no Mali e no Níger, aumentando a instabilidade na região. A queda de Kadafi agravou a situação e reforçou as linhas de combatentes rebeldes, uma vez que muitas das unidades tuaregues do exército líbio retornaram para seus países de origem, dessa vez bem armadas e treinadas (Estrada e Mattos 2013). Com isso, formaram-se grupos mais bem organizados, como o Movimento pela Justiça (MNJ), criado em 2007 no norte do Níger, que reivindica maior desenvolvimento econômico da região e melhor distribuição da renda da extração de urânio (Abdalla 2009).

No caso do Mali, o grupo mais notório é o Movimento Nacional pela Libertação do Azauade (MNLA), organização que luta desde 2011 pela independência do Norte do Mali, tornando-se um dos principais atores da crise que levou à queda do regime no ano seguinte, com a ocupação de Kidal, Timbuktu e Gao (Maglia 2013). É importante notar a posição de mediação assumida pela Argélia em todos esses conflitos, claramente preocupada em evitar o transbordamento do conflito para dentro de seu território, habitado por tuaregues no sul (Zoubir 2012).

1.2.3 AL-QAEDA NO MAGREBE ISLÂMICO (AQMI)

O surgimento da Al Qaeda no Magreb Islâmico (AQMI) está vinculado à tentativa de abertura democrática iniciada em fins da década de 1980 e à subsequente disputa pelo poder na Argélia. Governado pelo militarismo da Frente Nacional de Libertação (FNL) desde sua sangrenta independência, o país promoveu eleições legítimas e multipartidárias no início da década de 1990, tendo como resultado a vitória da Frente de Salvação Islâmica (FIS), aliança de vários grupos islâmicos, nas eleições municipais de 1991 e, em primeiro turno, das eleições gerais de 1992. O resultado não agradou aos líderes políticos, o que gerou uma intervenção militar em 1992, culminando na abdicação do presidente e na dissolução do parlamento sob a autoridade do exército argelino (Maglia 2013).

As eleições foram canceladas, o estado de emergência foi declarado, e a FIS foi posta na clandestinidade. A aliança acabou se fragmentando em vários grupos, como o Grupo Islâmico Armado (GIA), de orientação radical e influenciado pelas estratégias *mujahideens*⁵ que voltavam da guerra no Afeganistão, e o moderado

5 Grupo de insurgentes muçulmanos, de origem multinacional, que resistiram à invasão soviética ao Afeganistão a partir de 1979.

Exército Islâmico da Salvação (AIS) (George e Ylonen 2010). Iniciou-se a guerra civil entre forças governamentais e os opositores islâmicos, que praticaram

[...] campanhas de terror de grande escala, matando milhares de pessoas, incluindo estrangeiros, jornalistas e mulheres, queimando escolas, prédios industriais, e explodindo pontes, estradas de ferro e redes de energia (Botha 2008, 33, tradução nossa).

No entanto, a tática de não discriminar alvos e praticar massacres fez com que o GIA perdesse boa parte de seu apoio popular.

A guerra civil na Argélia teve maior intensidade entre 1995 e 1998, terminando, em 2002, com a rendição do AIS e a derrota do GIA, e com baixas que variam entre 100 e 200 mil mortos (Maglia 2013). Porém, o término do conflito não significou o fim dos grupos armados no país. Dissidente do GIA, a facção chamada Grupo Salafista pela Pregação e Combate (GSPC), que condenava a violência contra civis e concentrava seus ataques a representações do Estado, herdou parte da estrutura de comando da GIA e, mais importante, sua rede internacional de células terroristas, incluindo na Europa (Botha 2008). O fracasso na deposição do regime fez com que o GSPC adotasse a ideologia da jihad global, reorientando seu principal objetivo para a implantação de um Estado islâmico na região (Maglia 2013, George e Ylonen 2010).

Em 2006, o GSPC declarou sua adesão à rede Al Qaeda, mudando seu nome para Al Qaeda no Magreb Islâmico (AQMI), chamando atenção da comunidade internacional, principalmente dos Estados Unidos. Antes mesmo da declaração oficial, a Al Qaeda já possuía acesso a redes de contato da GSPC na Europa, bem como treinava seus membros em campos no Afeganistão até 2001 (Botha 2008). A tática do grupo passou a incluir ataques suicidas, seleção indiscriminada de alvos e disseminação de vídeos de propaganda entre a população tuaregue na região (Maglia 2013, George e Ylonen 2010).

De certa forma, a internacionalização do grupo reflete seu fracasso na tentativa de deposição do regime, bem como a falta de apoio da população local e seu enfraquecimento ao longo dos anos (Botha 2008). Apesar de não representar um grande desafio para a manutenção do regime argelino, o grupo ainda permanece como uma ameaça para a região, tendo se tornado referencial para grupos jihadistas do Magreb e um dos principais alvos de iniciativas regionais e extrarregionais de combate ao terrorismo (Maglia 2013, Botha 2008).

1.2.3 BOKO HARAM

Nas últimas décadas, a Nigéria vem enfrentando graves problemas de

segurança que ameaçam também as regiões do lago Chade, da África Subsaariana e do Sahel. Apesar da intensificação do extremismo na última década, a ascensão de insurgências islâmicas no norte do país data do período colonial, ressurgindo durante o processo de formação do Estado independente e se estendendo até os dias de hoje (Sodipo 2013).

Referência para o islamismo militante até hoje, o Califado de Sokoto, fundado no início do século XIX no norte da Nigéria e em parte do Níger, obteve grande apoio popular, principalmente por sua resistência ao imperialismo britânico e seu objetivo de implantar a lei *sharia* na região (Østebø 2012, Sodipo 2013). Posteriormente, a Revolução Iraniana de 1979 serviu como fonte de inspiração para grupos extremistas no norte da Nigéria, sendo o principal deles o Maitatsine. O movimento, que surgiu em Kano e espalhou-se por outros estados do norte do país, incitou a população mais pobre contra não cristãos e a elite muçulmana, provocando o enfrentamento com forças de segurança no verão de 1980 e a morte de 4.177 pessoas (Isa 2010).

Nesse contexto, o Boko Haram foi fundado em 2002 pelo clérigo Mohammed Yusuf na cidade de Maiduguri (Chothia 2015). A palavra *Boko* é derivada da inglesa *book*, fazendo referência à habilidade de ler e escrever no estilo educacional ocidental, diferentemente do estilo islâmico e árabe que já existia no norte da Nigéria, o qual foi substituído pelo colonialismo europeu (Isa 2010). A forma indireta de domínio britânico, através de protetorados governados por minorias da população local, expressou-se na Nigéria através da educação da elite nigeriana sob a forma secular. Dessa forma, a falta de capacidade do governo, a desigualdade, as injustiças e a corrupção foram diretamente associadas ao secularismo e aos dirigentes, até mesmo aos muçulmanos, que receberam educação ocidental (chamados de *yan boko*). Seguindo a lógica dos integrantes do grupo a origem divina da educação islâmica seria incorruptível, sendo ela a solução para os problemas da Nigéria. Adicionada a palavra *haram* ao seu nome, que significa “proibição” na língua hausa, o Boko Haram utiliza o estandarte da “proibição da educação ocidental” como meio de mobilização de jovens marginalizados contra um sistema dominado por aqueles que receberam uma educação diferenciada e controlam o Estado, com o objetivo de restaurar a pureza e a divindade do Islã (Isa 2010Ibid.).

Yusuf passou a estabelecer e a controlar a rede de células do grupo nas maiores cidades do norte da Nigéria, além de apoiar candidatos em eleições para cargos públicos. A repressão das forças policiais, a insatisfação popular e o carisma do líder fizeram com que, entre 2003 e 2009, o grupo conseguisse mobilizar milhares de pessoas em várias cidades do norte, possibilitando operações de ataque

a símbolos do Estado, como delegacias, e assassinatos políticos (Isa 2010, Servant 2012). A escalada dos violentos confrontos culminou na morte de Yusuf em 2009, num enfrentamento que deixou cerca de 700 mortos e 5 mil deslocados em cinco dias na cidade de Maiduguri (Isa 2010, 313). Apesar das forças governamentais terem declarado o fim do grupo, o Boko Haram ressurgiu sob a liderança de Abubakar Shekau, reiniciando uma série de atentados, inclusive na capital do país, Abuja. Seu ressurgimento, com uma nova e mais sangrenta onda de radicalização, fez com que o grupo perdesse parte do apoio da população local ao ter como alvo escolas, universidades, igrejas, mesquitas, bares, vilas inteiras e mesmo o prédio da ONU em Abuja, atacado por um carro-bomba em agosto de 2011, e deixando pelo menos 20 mortos (Chothia 2015).

Em maio 2013, o ex-presidente Goodluck Jonathan declarou estado de emergência nos estados de Yobe, Borno e Adamawa, mas a tentativa de intensificar a contrainsurgência rendeu poucos frutos. Tendo à sua disposição milhares de combatentes, o grupo se beneficia da ineficiência dos serviços de inteligência do país, que, por muitas vezes, subestimou a capacidade e a resiliência do Boko Haram. Além disso, a repressão com o uso abusivo da força militar é vista por muitos como uma campanha genocida contra o norte do país, de maioria islâmica, aumentando o descontentamento da população com o antigo governo central, percepção agravada por conta da origem sulista do ex-presidente (ISS 2014b). Devido à porosidade das fronteiras da África Ocidental, o grupo consegue realizar sequestros, assassinatos e recrutamento nos países vizinhos da Nigéria, como no Chade, Níger e Camarões, ameaçando também as populações desses países e aumentando o patrulhamento das fronteiras da região (Menner 2014).

2 APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA

2.1 DA QUEDA DE KADAFI À ASCENSÃO DE GRUPOS MILITARES NÃO ESTATAIS NO SAARA-SAHEL

Em abril de 2014, o Boko Haram sequestrou 276 meninas de uma escola no vilarejo de Chibok, na Nigéria, as quais seriam utilizadas como escravas sexuais pelos militantes do grupo. Estima-se que, desde o início 2014, mais de 2.000 mulheres tenham sido vítimas do Boko Haram, sem mencionar os ataques a civis e instalações estatais na Nigéria e em países fronteiriços, como Níger e Camarões (Al Jazeera 2015). O grupo, que iniciou uma campanha militar para instaurar a sharia no norte da Nigéria, teria se aliado ao Estado Islâmico, em 2015, levando a

cabo o projeto de criação de um califado islâmico que se estenderia até o oeste da África (BBC 2015). O Boko Haram é apenas um dos grupos militares não estatais que vêm atuando na região do Saara-Sahel nos últimos anos.

Os principais grupos atuantes na região são o Boko Haram, baseado na Nigéria, a Al Qaeda no Magreb Islâmico (AQMI), que obteve acesso a milhares de armas que, provavelmente, se originaram das antigas provisões de Kadafi, o MUJAO e o Ansar Dine ⁶. Segundo Alexander (2015), os ataques terroristas em 2014 foram 25% maiores do que os episódios ocorridos em 2013, totalizando 289 atentados terroristas, o maior índice registrado na região na última década, e um aumento de mais 800% nos ataques perpetrados desde o 11/09 nos EUA. De acordo com relatório da União Africana,

A situação no Sahel é marcada pelo aumento dos ataques terroristas, tráfico de todos os tipos, prevalência de crime trans-fronteiriço, existência de campos de refugiados e pessoas deslocadas suscetíveis a serem infiltrados por grupos terroristas, e a existência de refúgios, centros de apoio logístico e de treinamento para terroristas. A relação entre terrorismo, tráfico de drogas e crime trans-fronteiriço fornece aos terroristas armados e aos grupos criminosos a capacidade de regeneração (African Union 2014b, 3, tradução nossa).

O recrudescimento das atividades terroristas está intimamente relacionado com dois problemas regionais: a situação na Líbia após o levante que derrubou Kadafi do poder, em 2011 – e que contou com o aval do Conselho de Segurança das Nações Unidas que, com a resolução 1973, aprovou a intervenção militar multinacional, em 19 de março de 2011 –, e a incapacidade que boa parte dos Estados da região tem em prover segurança e elementos básicos para a população, principalmente nas regiões mais afastadas dos centros econômicos⁷. Essa falha institucional dos Estados e, por extensão, a natureza porosa das fronteiras, facilita o controle de rotas de comércio e de tráfico pelos grupos radicais (Aning, Okyere e Abdallah 2012), os quais contam, em suas bases, com pessoas provenientes de diversos países e cujos objetivos não se limitam às fronteiras de um único país (Penna Filho 2014). Estes problemas potencializam os já existentes canais de

6 O Ansar Dine é um grupo de caráter local, com presença no norte do Mali e composto eminentemente por tuaregues Ifoghas e árabes Berabiche. Seu objetivo é, principalmente, implementar a sharia em todo o Mali. O MUJAO, por sua vez, é um grupo também localizado no norte do Mali, mas que não se limita à região local, incorporando também estrangeiros da região do Sahel e do norte da África. É um dos grupos com postura mais hostil em relação ao MNL, tendo como objetivo levar a jihad para toda a África Ocidental (BBC 2013, Welsh 2013).

7 A região do Saara-Sahel é também afetada por intensas crises ambientais, havendo secas constantes e falta de alimentos, principalmente em Burkina Faso, Chade, Mali, Mauritânia, Níger e na Nigéria (Aning, Okyere e Abdallah 2012).

radicalização presentes na região, como, por exemplo, o caso dos tuaregues no norte do Mali. Os grupos étnicos nômades que antes lutavam ao lado de Kadafi estão retornando para seus países “bem armados e municiados com as ‘sobras’ da campanha na Líbia” (Penna Filho 2014 Ibid., 47), causando temor por onde passam e sendo inseridos nos grupos terroristas com os quais têm contato (Aning, Okyere e Abdallah 2012)⁸. Enquanto alguns relatórios atestam a provável conexão entre os grupos operantes na região, principalmente em torno da rede Al Qaeda (African Union 2014b, Alexander 2015), essa questão parece, ainda, questionável (Penna Filho 2014).

Embora as principais cidades no norte do Mali venham sendo liberadas desde maio de 2013, em um esforço da ONU através da AFISMA⁹ e da operação francesa Serval, a situação atual ainda é caracterizada pela persistência de incidentes securitários por parte desses grupos em três principais regiões do norte: Gao, Kidal e Timbuktu (African Union 2014b), sendo que, no início de 2015, houve ataques a civis e a forças governamentais e da ONU (Alexander 2015). É importante destacar que, depois do golpe de Estado no Mali, que retirou Ahmadou Touré do poder,

Cerca de 200.000 refugiados se retiraram do Mali nos últimos dois meses, em busca de comida, abrigo e refúgio nos países vizinhos. Essa situação tem impactado negativamente o Níger e a Mauritânia, uma vez que a deterioração da situação securitária forçou cerca de 15.000 cidadãos malineses a se manterem longe de cidades conflituosas, como Ménaka e Anderamboucane, em direção a Tillabéri, no oeste do Níger, uma área que já sofre de escassez crônica de comida e escassez aguda de água, de acordo com o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (Aning, Okyere e Abdallah 2012, 6, tradução nossa).

Atualmente o que mais tem chamado a atenção para o Mali não é tanto a problemática envolvendo os tuaregues, mas sim a presença crescente de grupos islâmicos radicais atuando entre o sul da Argélia e o norte do país, como, por exemplo, o Ansar Dine e o MUJAO. O Ansar Dine – acusado de ter ligações com a AQMI – tem cometido diversos ataques a civis em partes dessa região, sendo seu objetivo impor a sharia no Mali, em detrimento da enorme influência ocidental francesa (Penna Filho 2014). O MUJAO, por sua vez, está em plena atividade no

8 O MNLA, por exemplo, “agora tem acesso a milhares de armas, incluindo equipamento anti-tanque e anti-aéreo” (Aning, Okyere e Abdallah 2012, 02, tradução nossa).

9 A Missão de Apoio Internacional liderada por africanos no Mali – AFISMA (no inglês, African-led International Support Mission to Mali), foi uma missão militar organizada pela ECOWAS com o objetivo de dar suporte ao governo do Mali no conflito com os rebeldes no norte do país, em 2013. A missão foi autorizada pela resolução 2085 do Conselho de Segurança.

país, onde tem perpetrado ataques contra a MINUSMA¹⁰ e a infraestrutura local. Também tem atuado no sul da Argélia e expandido suas atividades para o Níger, onde, em maio de 2013, realizou dois ataques coordenados a uma base militar nigerina, em Agadez, e a uma mina de urânio em Arlit, a qual é controlada pela companhia francesa Areva (Alexander 2015). As atividades desses dois grupos são recorrentemente associadas aos tuaregues, em um claro esforço de deslegitimar as demandas político-econômicas deste movimento.

A Argélia apresenta desafios securitários vinculados, principalmente, às atividades da AQMI no sudoeste do país, onde este e outros grupos se envolvem no tráfico transfronteiriço de drogas e de armas. O Níger registrou quatro ataques terroristas em 2014. Um dos problemas atuais deste país é a atuação do Boko Haram mais ao sul, onde, além do uso do terror, há recrutamento de jovens, e um crescente problema dos mais de 40.000 refugiados nigerianos. O Chade e a Mauritânia, embora tenham presenciado uma redução dos ataques terroristas, continuam suscetíveis a ataques, principalmente pelo Boko Haram e pela AQMI, respectivamente, por conta de sua localização geográfica (Alexander 2015).

2.2 O TERRORISMO E O SAARA-SAHEL

Depois dos atentados contra os EUA, em 11 de setembro de 2001, a problemática concernente aos grupos terroristas tem sido frequentemente associada ao Islã, não sendo diferente também no Saara-Sahel. Entretanto, como destaca Visentini (2012a, 93), é importante atentarmos para o conceito de terrorismo e sua utilização política, uma vez que este “tem sido objeto de manipulação, para justificar uma nova agenda internacional. O terrorismo não constitui um fenômeno novo na história e ressurge em épocas de crise”. Desse modo, convém analisar a temática do terrorismo e de sua possível utilização como ferramenta política para a consecução de interesses no Saara-Sahel. É importante, nesse sentido, “dissociar o terrorismo de uma questão moral, ou no seu tratamento como subproduto do fundamentalismo islâmico, como propagado pelos diversos meios de comunicação” (Maglia 2013, 12).

De acordo com Fred Halliday (2002), não existe uma teoria ou consenso

10 A MINUSMA (Missão das Nações Unidas de Estabilização Multidimensional Integrada no Mali) surgiu em 25 de abril de 2013, a partir da resolução 2100 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, a qual transferia a autoridade da AFISMA para esta nova missão, por conta da deterioração na situação securitária no Mali, mesmo depois das operações militares da França e da AFISMA (United Nations 2015). O objetivo da MINUSMA é constituir uma força mais capacitada, embora ainda se esforce para chegar perto do seu tamanho autorizado, que seria de 12.640 pessoas. De acordo com Reeve e Pelter (2014), a operação é, também, bastante dependente de tropas francesas.

sobre a definição de terrorismo, assim como não existe uma causa comum ou uma explicação psicológica generalizada para o uso do terror. Para o autor, existem dois principais entendimentos de terrorismo: o que é proveniente “desde baixo” e diz respeito a atos individuais de terror, por atores não governamentais, e o uso do terror “desde cima”, isto é, pelos governos, geralmente usado contra sua própria população ou grupos minoritários. Neste sentido, Halliday aponta a existência de quatro grandes aspectos que permeiam o conceito de terrorismo, descritos na sequência.

O primeiro diz respeito ao terror dos governos, ou então, o “terrorismo desde cima”, que abarca a maior parte dos atos terroristas, numa relação de desigualdade entre quem tem poder contra quem não tem poder, seja dentro do próprio território dos Estados ou transnacionalmente. Existe, em segundo lugar, o terrorismo internacional, vinculado aos “atos de violência que são isolados, separados da situação de um país em guerra e direcionados para causar terror por si só, antes de buscar contribuir para um conflito maior” (Halliday 2002, 73). O problema desse termo é que ele abre espaço para que haja a defesa da existência de uma estrutura terrorista internacional que teria apoio de alguns Estados nacionais, o que, para o autor, seria um mito.

A terceira visão sobre terrorismo diz respeito a atos violentos em conflitos ou guerras civis, os quais seriam perpetrados por grupos com os quais o interlocutor não se identifica. Esse termo é usualmente utilizado para deslegitimar ações conduzidas em nome de movimentos de autodeterminação. O quarto e último elemento é o terrorismo enquanto

Uma ansiedade globalizada e pretexto, um grande temor do final do século XX. Aqui o terrorismo é uma preocupação pública, refletida e promovida como uma questão estatal, como tema de seminários em universidades, como tema de alarme e alarmismo [...]. Neste sentido, a questão do terrorismo tem sido inflada para cobrir muitos outros fenômenos e para justificar e direcionar ações políticas [...]. Então, o grau de seleção envolvido, focando em um único aspecto da violência e ignorando outros constitui ‘terrorismo’ enquanto ideologia, como uma série de valores políticos, uma série de programas políticos que se relacionam de certa forma com a realidade, mas claramente servem outras funções sociais também (Halliday 2002, 75, tradução nossa).

Outro ponto importante abordado por Fred Halliday é a associação de terrorismo com ações de grupos religiosos, especialmente o Islã. De acordo com o autor, é necessário fazer uma diferenciação e levar em consideração: 1) que o uso da violência por grupos que evocam a defesa de uma religião não é restrito ao

islamismo, mas se faz presente também no cristianismo, no judaísmo, no budismo, etc.; 2) não se deve procurar as causas de violência em textos religiosos, porque em todas as religiões é possível fazer uma instrumentalização política da religião; e 3) o uso político da associação do conceito de terrorismo com o islamismo para deslegitimar as ações e os programas de determinados grupos políticos, como geralmente acontece em relação à Palestina (Halliday 2002, 78-79)¹¹. Portanto, é essencial compreender que,

O terrorismo não é um problema específico do “Oriente Médio” ou do “Islamismo”, sendo que essa ideologia e instrumento pode se desenvolver em países ricos e pobres, independente de região ou cultura, da mesma forma, como parte de um modelo de engajamento político transnacional. Ademais, o autor [Fred Halliday] aponta que o terrorismo é um fenômeno político e moral distinto, claramente interconectado com questões de revoltas e oposição à opressão, referido como táticas militares que fazem parte de desafios políticos e militares, desenhadas para forçar o inimigo a submeter-se, com a combinação de intimidação e morte (Maglia 2013, 17).

Dentro das Nações Unidas, a discussão a respeito do uso do terror é motivo para divergências entre os países, por conta das consequências e da subjetividade no uso desse termo. Alguns dos principais desafios são o de dissociar o uso do terror de lutas legítimas, como é o caso dos processos de autodeterminação e das lutas de libertação, e a resistência de alguns Estados em concordar com uma definição que também leve em consideração o uso do terror por governos (Setty 2011, 10). Uma das ações mais importantes nesse aspecto foi a adoção da Resolução 1373 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, após os atentados de 11/09, a qual exige que os Estados-membros combatam o terrorismo em diversos meios, trabalhem cooperativamente, compartilhando informações de temas securitários e as reportando ao Comitê de Contraterrorismo, estabelecido para supervisionar os desígnios da resolução. Todavia, esse documento não definiu um conceito de terrorismo capaz de orientar as ações dos Estados ao combatê-lo, afora o fato de que não havia qualquer obrigação em salvaguardar os direitos humanos e o estado de direito¹².

Desse modo, o Conselho de Segurança tem aprovado resoluções sobre terrorismo sem, necessariamente, definir os parâmetros do próprio conceito, ou

11 Destaca o autor que, no que diz respeito ao Islã, especificamente, o Alcorão dá legitimidade para a guerra em autodefesa, e há uma distinção entre *jihād* (legítima), *ghazū* (invasão) e *‘adwān* (agressão) (Halliday 2002, 80).

12 Na época, diversos países, como EUA e países europeus, trataram de designer seus próprios conceitos de terrorismo na sua legislação interna (Setty 2011).

incluindo definições generalizadas que seriam enquadradas na rubrica de atividade terrorista. A resolução 1566 seria, de acordo com Setty (2011), mais um exemplo disso. Adotada em 2004, a resolução afirma que:

Atos criminosos, incluindo aqueles contra civis, cometidos com a intenção de causar a morte ou ferir, ou a tomada de reféns, com o objetivo de causar um estado de terror no público em geral ou em um grupo de pessoas ou pessoas em particular, intimidar uma população ou compelir um governo ou organização internacional a praticar ou abster-se de qualquer ato, que constituam ofensas dentro do escopo e como definido nas convenções internacionais e protocolos relativos ao terrorismo, não são justificáveis sob nenhuma circunstância por consideração de ordem política, filosófica, ideológica, racial, étnica, religiosa, ou de outra natureza, e exorta todos os Estados a prevenir tais atos e, se não puderem evitar, que assegurem que tais atos sejam punidos através de sanções consistentes com sua natureza grave (United Nations 2004, 2, tradução nossa).

De acordo com o Protocolo para a Convenção da Organização da União Africana sobre Prevenção e Combate ao Terrorismo, adotado na Terceira Sessão Ordinária da Assembleia Geral da União Africana, em 08 de julho de 2004, os atos terroristas são todos os meios dispostos nos artigos 01 e 03 daquela Convenção. Nesse sentido, conforme os documentos, a União Africana entende como atos terroristas

(a) qualquer ato que seja uma violação das leis criminais de um Estado-membro e que possa pôr em perigo a vida, integridade física ou liberdade, ou causar lesões graves ou morte a qualquer pessoa, independentemente do número, ou grupo de pessoas ou causar dano a propriedade pública ou privada, recursos naturais, herança ambiental ou cultural e que é calculado ou destinado a: (i) intimidar, atemorizar, forçar, coagir ou induzir qualquer governo, entidade, instituição, público em geral ou qualquer segmento deste, de fazer ou deixar de fazer qualquer ato, ou de adotar ou abandonar um ponto de vista particular, ou para agir de acordo com certos princípios; ou (ii) interromper qualquer serviço público, o fornecimento de qualquer serviço essencial ao público ou criar uma emergência pública; ou (iii) criar um estado de insurreição generalizado em um Estado; (b) qualquer promoção, contribuição, comando, ajuda, incitação, estímulo, tentativa, ameaça, conspiração, organização, ou contratação de qualquer pessoa, com o objetivo de cometer qualquer ato referido no parágrafo (a) (i) ao (iii) (African Union 1999, 207, tradução nossa).

O artigo 03 dessa mesma Convenção, por outro lado, reafirma uma preocupação dos Estados africanos em dissociar os atos terroristas das demandas

de autodeterminação dos povos e das lutas coloniais, especialmente em um continente assolado por intervenções externas. Nesse sentido, afirma que:

[...] O esforço de luta travado pelos povos, de acordo com os princípios do Direito Internacional a respeito de sua liberação ou autodeterminação, incluindo a luta armada contra o colonialismo, ocupação, agregação e dominação por forças estrangeiras não devem ser considerados atos terroristas (African Union 1999, 207, tradução nossa).

2.3 UM BALANÇO DAS MEDIDAS CONTRATERRORISMO: DA INICIATIVA PANSAHÉL À FORÇA TAREFA CONJUNTA MULTINACIONAL CONTRA O BOKO HARAM

De acordo com Fred Halliday (2002), a principal consequência do terrorismo é que ele reforça os processos de repressão, especialmente o terrorismo “desde cima” perpetrado pelos Estados. Nesse sentido, é importante avaliar os processos de estabilização na região e, principalmente, as medidas de contraterrorismo desenvolvidas por países não africanos, como Estados Unidos e França. Portanto, esta seção busca fazer um balanço dessas medidas e avaliar o ciclo de repressão-radicalização observado no Saara-Sahel.

As medidas de contraterrorismo na região se intensificaram a partir de janeiro de 2013, embora as bases para essas ações remetam a episódios anteriores, como, por exemplo, os atentados de 11/09 nos EUA, a guerra civil da Argélia, na década de 1990, e os esforços em conter Kadafi na década de 1980 (Reeve e Pelter 2014). Mais recentemente, o retorno dessas medidas se deu a partir da Iniciativa Pansahel (no original em inglês, Pan Sahel Initiative), proposta em 2002 pelos Estados Unidos, cujo objetivo era fornecer apoio militar para controle de fronteiras no Mali, Níger, Mauritânia e Chade (Mundy 2010, 1). Como evidenciam Reeve e Pelter (2014, 20, tradução nossa), a Iniciativa PanSahel tem sido importante instrumento para a consecução dos interesses dos EUA na região,

[...] O esforço de luta travado pelos povos, de acordo com os princípios do Direito Internacional a respeito de sua liberação ou autodeterminação, incluindo a luta armada contra o colonialismo, ocupação, agregação e dominação por forças estrangeiras não devem ser considerados atos terroristas (African Union 1999, 207, tradução nossa).

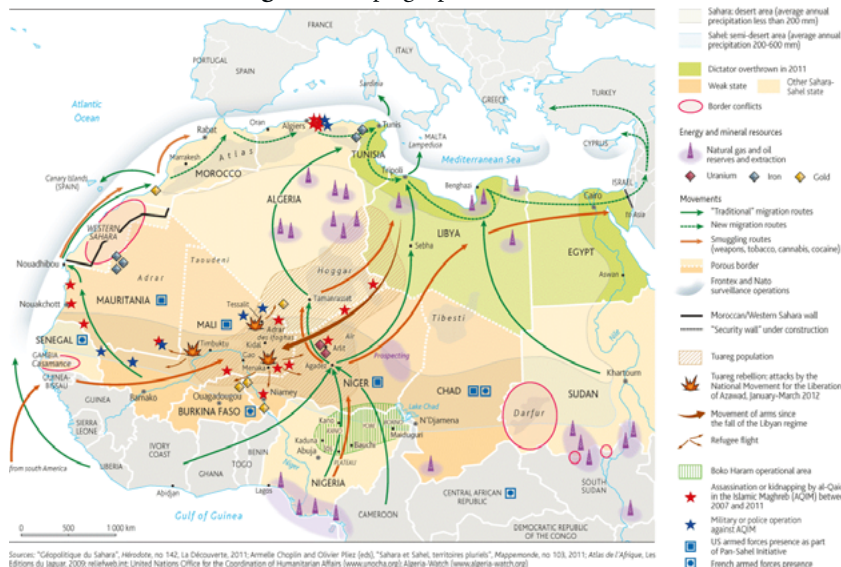
Em 2005, os Estados Unidos reformularam a Iniciativa Pansahel e criaram a Parceria Transaariana de Contraterrorismo (TSCTP, Trans-Sahara

Counterterrorism Partnership, no original em inglês). A Parceria prevê uma resposta regional ao terrorismo através de programas de assistência, que abarcam ações tanto no âmbito militar quanto na esfera da governança e democracia (Mundy 2010, 1). A TSCTP se tornou o principal programa de contraterrorismo dos EUA na região, o qual, além de reforçar as relações bilaterais desses países com os EUA, também permite que as forças estadunidenses tenham acesso a facilidades infraestruturais e porções de território ao longo do Saara-Sahel (Reeve e Pelter 2014).

A principal justificativa do governo dos Estados Unidos para a inclusão do norte da África na Guerra Global ao Terror foi a suposta existência de células terroristas ao longo dos vastos territórios não governados do deserto do Saara, que conecta países como, por exemplo, Mauritânia, Mali, Burkina Faso, Níger, Argélia, Tunísia, Chade e Líbia. De acordo com o governo dos EUA, haveria uma confluência de problemas securitários em direção à região, tais como, o “(1) transbordamento do conflito armado na Argélia, nos anos 1990, (2) o deslocamento de ‘jihadistas’ do Afeganistão, logo após a invasão dos EUA em 2001” (Mundy 2010, 2, tradução nossa), desdobrando-se na formação de um verdadeiro arco de instabilidade, que se estenderia desde o Atlântico até o Mar Vermelho, chegando ao Oriente Médio e à Ásia. A administração Bush desenvolveu a teoria de que os grupos terroristas que se deslocaram do Afeganistão teriam se espalhado, primeiramente, pelo chifre da África, dirigindo-se, posteriormente, ao Sahel, onde se uniram a movimentos radicais islâmicos já existentes (Roberto 2013).

A veracidade dessas informações é bastante questionada, principalmente quanto à capacidade de atuação desses grupos e se ela ofereceria um desafio securitário que legitimasse sua inclusão junto à Guerra Global ao Terror, ou então até que ponto essa ameaça não seria produto de manipulação para consecução de interesses extrarregionais na região (Mundy 2010, Rekawek 2014). De acordo com Mundy (2010), parece haver uma coincidência geográfica entre as medidas securitárias dos EUA e o fato de haver na região algumas das mais importantes reservas energéticas do planeta, como, por exemplo, na Argélia, na Líbia, na Nigéria e no Golfo da Guiné, além do fato de esta ser uma região estratégica para a União Europeia e para a China. Ainda nesse sentido, Schmidt (2013, 213) argumenta que a apelação é confusa, uma vez que esses grupos islâmicos incluem diversos movimentos, organizações, células e indivíduos, os quais têm, em sua maioria, uma origem local e desvinculada dos acontecimentos de 11/09.

Imagem 2: Mapa geopolítico do Saara-Sahel.



Fonte: Rekacewicz 2012.

De acordo com Jeremy Keenan (2013), a Guerra Global ao Terror no norte da África e a sua vinculação aos grupos islâmicos existentes na região teriam sido manobras dos EUA para se instalar na região, criando a ilusão da existência de células terroristas, a partir de laços entre os EUA e governos ditatoriais no norte da África. Assim, afirma o autor que, “a operação El Para [na Argélia] se enquadrava na longa história dos EUA de dar suporte a Estados terroristas (e ditadores) e criar incidentes falsos para justificar a intervenção militar” (Keenan 2013, 5, tradução nossa). Os motivos de a Argélia apoiar os EUA no lançamento das medidas contrterroristas dizem respeito à situação em que o país se encontrava na época, logo após a guerra civil pela qual o país passara nos anos 1990 e a desestabilização interna dela decorrente. Nesse sentido, os ataques de 11/09 permitiram que a Argélia se aliasse aos EUA e, assim, conseguisse incrementar suas capacidades de defesa e voltar a ter um espaço no cenário internacional. As motivações dos EUA, por outro lado, foram mais globais, relacionadas ao aumento da importância estratégica da África e ao acesso aos recursos energéticos. Assim, ainda segundo Keenan (2013, 11, tradução nossa):

Em 1998, a dependência dos EUA em fornecimento externo de petróleo ultrapassou o nível psicologicamente crítico de 50%, e em

2000 se tornou um importante tema eleitoral, uma vez que George W. Bush prometeu tornar a segurança energética uma das principais prioridades de seu governo [...] O chamado Relatório Cheney, definiu a direção da subsequente política norte-americana para a África, identificando o continente, especialmente a África Ocidental, como uma nova e importante fonte para as importações de petróleo dos EUA [...] O 09/11 abriu a oportunidade para que Bush escolhesse uma estrutura militar, a GWOT [do inglês, Guerra Global ao Terror], para assegurar seu acesso ao petróleo africano [...] O terrorismo que a administração Bush e seus aliados regionais, notavelmente a Argélia, fabricaram para justificar o lançamento de uma frente Saara-Saheliana na GWOT se centrou no sequestro de 32 turistas Europeus pelo El Para e sua subsequente fuga através do Sahel.

Em relação aos grupos terroristas na região, é importante destacar, como afirma Penna Filho (2014, 48), que estes grupos não buscam implementar uma Jihad global, mas sim, que seus projetos de resistência fundamentam-se em governos não democráticos, os quais não atendem às demandas da população. Desse modo, o discurso de uma “africanização”¹³(Rekawek 2014) é falso e deve ser visto a partir de um contexto maior de interesses extrarregionais e regionais, no qual, na verdade, esse reconhecimento da região como a nova fronteira do terrorismo dá muitas credenciais e legitimidade a grupos como Boko Haram ou AQMI. Portanto, fica evidente que,

O aumento e exagero da ameaça terrorista levaram a envolver todos os problemas políticos da região sob a ótica da luta contra o terror. Isso fez com que diversos conflitos de ordem local, como as demandas Tuaregues contra sua baixa representação e participação política, fossem vistas como ameaças, exacerbando tensões que foram respondidas com maior violência, como as revoltas no Níger e no Mali em 2007 e 2008 (SCHMIDT, 2013). Por fim, cabe ressaltar que os impactos trazidos à população mais pobre causou um crescimento no sentimento antiamericano e diversos civis passaram de fato a fazer parte de movimentos islâmicos radicais, tornando o terrorismo na região algo que Keenan (2009; 2013) chamou de “profecia autorrealizável” (Roberto 2013, 4).

Reeve e Pelter (2014) também corroboram essa posição. De acordo com os autores, há uma estreita relação, na Guerra ao Terror no Norte da África, entre os EUA e governos não democráticos, que acabaram fortalecendo suas forças de

13 De acordo com Rewawek (2014, 19), o conceito de “africanização” remete à percepção de que todos os eventos envolvendo ataques armados na região do Sahel são decorrentes do terrorismo jihadista global, em referência à Guerra ao Terror lançada pelos EUA no Afeganistão, após os ataques de 11/09.

segurança. Isso fica evidente ao percebermos que, dos quatro países cujas forças militares os EUA sob os auspícios da Iniciativa Pansahel, “três deles (Mauritânia em 2008, Níger em 2010, Mali em 2012) tiveram governos democraticamente eleitos derrubados posteriormente e o quarto (Chade em 2006), adentrou numa breve guerra civil” (Reeve e Pelter 2014, 27). Na esteira do processo de militarização do combate ao terrorismo na região levado a cabo pelos EUA, foi criado o Comando dos Estados Unidos para a África (AFRICOM), em 2007. A organização tem atuado fortemente na contenção do terrorismo, com foco especial no AQMI e, sob os auspícios da operação Enduring Freedom Trans Sahara, no âmbito da qual os EUA têm cooperado em questões militares com países como Argélia, Burkina Faso, Chade, Mali, Mauritânia, Marrocos, Níger, Nigéria, Senegal, e Tunísia. Importa destacar que, diversas vezes, essas parceiras envolvem cessão de comando operacional pelos países africanos para o AFRICOM (Deen 2013, 7).

Os outros processos de intervenção militar na região foram a Operação Serval, conduzida pela França, no Mali, em janeiro de 2013, e a MINUSMA, operação de paz da ONU que teve início em 2013 também no Mali. A Operação Serval foi lançada em 11 de janeiro de 2013, em resposta à crise no Mali e a pedido do governo de transição, tendo como objetivos: conter a ofensiva dos grupos terroristas, assegurar a segurança em Bamako, a fim de proteger os cidadãos franceses, e preservar a integridade territorial do Mali (Gnanguênou 2014). Utilizando bases em países vizinhos – como, por exemplo, sua base em Ouagadougou, em Burkina Faso, em Abidjan, na Costa do Marfim, e em N'Djamena, no Chade –, a França pôde deslocar suas forças e equipamentos rapidamente. Entretanto, em janeiro de 2014, o país anunciou uma reorientação de sua presença no Saara-Sahel, criando a Operação Barkhane, a qual incorporaria as operações existentes: Serval (Mali), Epervier (Chade) e Licorne (Costa do Marfim), incluindo oficialmente o G5 Sahel nessas atividades, isto é, a Mauritânia, Burkina Faso, o Mali, o Níger e o Chade. A operação Barkhane foi lançada em julho de 2014 e seu objetivo é

Manter uma presença indefinida de 3.000 combatentes franceses nos cinco Estados do Sahel, sendo 1.000 somente no Mali. As forças serão apoiadas por seis caças (baseados em N'Djamena), aviões de reabastecimento, 10 aviões de transporte, 20 helicópteros e 200 veículos blindados, distribuídos por mais de uma dúzia de bases militares. A reabertura ou o reforço de uma série de bases no norte do Níger e no Chade sugere que o objetivo do deslocamento é não só procurar e destruir grupos jihadistas em áreas remotas, mas também estender o escopo de projeção da França e suas forças aliadas em direção ao sul da Líbia, provavelmente o espaço menos governado em todo o Saara e conhecido refúgio para a AQMI, Ansar al-Shari'a e outros grupos radicais contra o ocidente (Reeve e Pelter 2014, 10, tradução nossa).

A Operação Serval foi capaz de repelir a ofensiva jihadista no centro do Mali e expulsar esses grupos dos principais centros populacionais do país, abrindo espaço para que a AFISMA deslocasse forças para assegurar o centro do país e alguns dos territórios reconquistados. Entretanto, o que importa destacar é que a presença militar francesa e da ONU ao longo dos territórios ao norte de Mali não significou a restauração da presença do Estado nem as garantias de paz em todas essas áreas. Além disso, o uso de forças convencionais contra as forças terroristas – que usam táticas não convencionais e de guerra assimétrica – fez com que a operação apenas deslocasse o problema jihadista do Mali para os territórios vizinhos, principalmente o Níger, onde os rebeldes puderam se reagrupar outra vez (Reeve e Pelter 2014). A Operação Barkhane, por outro lado, deve ser compreendida como uma demonstração da “política de defesa francesa, assim como a necessidade do país em manter sua influência na África através do reforço de suas capacidades militares operacionais” (Gnanguênon 2014).

Em razão do recrudescimento das atividades dos grupos militares não estatais, a União Africana está desenvolvendo dois projetos de contraterrorismo e apoio às forças armadas dos países para lutar contra a ameaça desses grupos: o Processo de Nouakchott e o desenvolvimento de uma Força Multinacional de combate ao Boko Haram. O Processo de Nouakchott envolve 11 países: Argélia, Burkina Faso, Costa do Marfim, Guiné, Líbia, Mali, Mauritânia, Níger, Nigéria, Senegal e Chade, e prevê a cooperação em segurança e a operacionalização de uma Arquitetura de Paz e Segurança Africana na Região do Saara-Sahel, a fim de superar os desafios securitários compartilhados por esses países. A Declaração de Nouakchott prevê encontros regulares entre os chefes de inteligência e segurança dos países mencionados, com o intuito de compartilhar informações na luta contra o terrorismo e o crime organizado e a necessidade de programas de construção de capacidades (African Union 2014a).

Por outro lado, em 25 de maio de 2015 a União Africana inaugurou a sede operacional da Força Tarefa Conjunta Multinacional para combater o Boko Haram, em N'Djamena, no Chade (Mbella 2015). Essa força está sendo promovida pela Nigéria, Níger, Chade, Camarões e Benin. Ela deverá contar com 8.700 soldados, os quais “estariam autorizados a exercer ‘direito de perseguição’ em solo nigeriano” (Théroux-Bénoni 2015, tradução nossa). Embora recente, essa iniciativa pode servir como importante plataforma para a cooperação regional e o combate de problemas securitários comuns.

Para compreender a conjuntura securitária no Saara-Sahel atualmente, é necessário avaliar o papel das estruturas estatais e das instituições, observando o processo de radicalização que ocorre na região e, assim, desconstruir a conexão

direta que usualmente é feita do terrorismo com o Islã. Nesse sentido, Caroline Ifeka (2010, 32, tradução nossa) destaca que:

A principal causa do crescimento da militância jovem mobilizando-se em torno das etnias e do reformismo islâmico é a falha da classe no poder em ‘compartilhar’ os ‘dividendos da democracia’ – por exemplo, rendimentos [...] de recursos estratégicos, como petróleo, gás natural, ouro, bauxita, urânio, água – de acordo com expectativas de clientes subalternos.

Aline Leboeuf (2014) também corrobora essa visão. De acordo com a autora, muitas das pessoas engajadas em movimentos com caráter identitário étnico ou religioso geralmente têm suas bases em comunidades rurais, a partir das quais demandam seus direitos sobre terra, água e distribuição de recursos que o Estado não é capaz de prover. Mesmo assim, é importante pontuar que isso não significa que todos esses Estados estejam destinados a desenvolver células de futuros grupos terroristas (Ifeka 2010). A degradação do ambiente político-social pode ser identificada por falhas em qualquer uma das funções básicas do Estado, quais sejam prover segurança, bem-estar e ordem pública (Schneckener 2006).

O Estado deve ser capaz de centralizar a coleta de impostos, proporcionar serviços públicos e manter um sistema político que garanta a participação de todos os grupos étnicos e sociais, a legitimidade da tomada de decisões e a accountability da administração pública (Schneckener 2006)¹⁴. Segundo a definição weberiana, o exercício dessas funções depende do monopólio legítimo do uso da violência, que, ao ser rompido, faz o Estado perder sua característica intrínseca, perdendo também parte de sua soberania e tendo ameaçada sua condição de Estado no Sistema Internacional (Roberto e Melos 2014). A ação de atores não estatais pode representar um desafio para a capacidade estatal em todos os sentidos apresentados, muitas vezes a ponto de esses atores exercerem o papel do Estado junto a populações locais, ao proverem o mínimo de segurança e bem-estar (Schneckener 2006).

As consequências que podem resultar de uma situação [em que o Estado é incapaz de prover segurança e dar suporte ao desenvolvimento de sua população] foram dramaticamente ilustradas no Mali, em 2012, quando as forças estatais se mostraram incapazes de proteger

14 No que diz respeito ao Boko Haram, Penna Filho (2014, 51) destaca que “a estrutura política, econômica e social nigeriana acaba favorecendo a insurgência de grupos [...] porque o país, apesar de contar com um Produto Interno Bruto expressivo e ser um grande produtor de petróleo [...] apresenta um quadro generalizado de corrupção, desigualdade social e disparidades regionais expressivas. O fator étnico, embora não decisivo, e o religioso, ajudam a compor a complexidade do quadro local, haja vista que existe no país uma divisão regional em termos de crença religiosa, com a maioria da população na região Norte e Nordeste professando o islã”.

o norte do país contra os separatistas tuaregues (MNLA) e grupos jihadistas (Ansar Dine, AQMI, MUJAO) [...] A falha do Estado malinês em proteger sua população e sustentar a lei e a ordem estava relacionada tanto a questões de capacidades (e a falha na cooperação militar com outros países, especialmente França e EUA, no sentido de fortalecer seu aparelho militar) como a questões políticas, visto que pode ter ocorrido a formação de um conluio e alguma forma de acordo informal entre algumas das elites de Bamako e jihadistas [...] O que é certo é que, de fato, a AQMI buscou estabelecer uma base no norte do Mali no início dos anos 2000 [...], sem qualquer grande resistência de Bamako, que adotou uma postura bastante conciliadora em relação ao grupo jihadista. Para a população malinesa, o Estado – ou melhor, o regime – carecia de legitimidade por completo: não proveu segurança e frustrou as oportunidades de desenvolvimento (Leboeuf 2014, 46, tradução nossa).

Um dos maiores problemas das operações externas tende a ser a exacerbação de problemas regionais e nacionais específicos e, principalmente, o aumento da radicalização. Levando em consideração os aspectos mencionados, parece evidente que, ao privilegiar uma abordagem militar para a resolução dos problemas na região, tanto EUA quanto França têm criado uma situação de aumento da radicalização desses grupos e de seu escopo de atuação, envolto no ciclo vicioso repressão-radicalização.

Assim, de acordo com Duque Estrada e Mattos (2013), a utilização da repressão por governos autoritários – como, por exemplo, Argélia, Egito, Líbia, Marrocos e Tunísia – contra grupos de oposição, serviu como motor para a sua radicalização. Impossibilitados de participarem dos processos institucionais do Estado, tais grupos “[acabaram] ou recorrendo a uma abordagem anti-sistêmica, reunindo-se em movimentos islâmicos genuinamente de oposição e ilegais [...] ou então emigrando para a Europa, atitude considerada [...] como forma de radicalização” (Duque Estrada e Preusser de Mattos 2013, 10). Portanto, é importante problematizar as medidas securitárias adotadas por atores extrarregionais para combater o terrorismo. Na maioria das vezes, os processos de intervenção externos ocorreram sem uma consulta prévia aos países africanos, sendo que a busca por sua participação veio, geralmente, em segundo plano (Penna Filho 2014).

3 AÇÕES INTERNACIONAIS PRÉVIAS

3.1 UNIÃO AFRICANA (UA)

Ainda sob a estrutura da antiga Organização da Unidade Africana¹⁵, os

15 Organização regional criada em 1963 com o intuito de fortalecer a união política do continente

esforços continentais de contraterrorismo têm como marco inicial a adoção da Resolução sobre o Fortalecimento da Cooperação e Coordenação entre os Estados Africanos em 1992, com a qual a organização reconhece a necessidade da luta conjunta contra os fenômenos do extremismo e do terrorismo (African Union 2014c). A Resolução é base para a Convenção sobre a Prevenção e Combate ao Terrorismo, de 1999, que requer a criminalização do terrorismo nas leis nacionais dos Estados-membros. A Convenção também define áreas de cooperação entre os países do continente, “estabelecendo a jurisdição estatal sobre atos terroristas, e provendo estrutura legal para extradição [de suspeitos de terrorismo], investigações extraterritoriais e assistência legal mútua” (African Union 2014c, tradução nossa).

Já sob a estrutura da União Africana, foi desenvolvido o Plano de Ação de Prevenção e Combate ao Terrorismo em 2002. O Plano “adota medidas de contraterrorismo [...] em áreas como o policiamento e controle de fronteiras, medidas legislativas e judiciais, financiamento do terrorismo e troca de informação” (African Union 2014c). Do Plano também resultou a instalação do Centro Africano de Estudo e Pesquisa sobre Terrorismo (ACSRT), estabelecido em Argêria no ano de 2004, com a função de centralizar e compartilhar informações sobre grupos terroristas, bem como “colaborar com parceiros regionais e internacionais para a coordenação de esforços de contraterrorismo no continente” (African Union 2014d, tradução nossa).

Ainda em 2004, foi adicionada, em forma de protocolo, a Declaração de Dakar Contra o Terrorismo à Convenção adotada em 1999. O protocolo adicionado com a Declaração de Dakar

[...] reconhece a crescente ameaça do terrorismo no continente e as crescentes ligações entre terrorismo, tráfico de drogas, crimes organizados transnacionais, lavagem de dinheiro e a proliferação ilícita de armas de pequeno porte (African Union 2014c, tradução nossa).

Além do desenvolvimento da estrutura multilateral, são de suma importância a atualização e equalização dos modelos jurídicos dos Estados africanos. Nesse sentido, em 2011, foi apresentado o Modelo Africano de Lei Contra o Terrorismo por uma comissão especial da UA, com o objetivo de fortalecer e atualizar a legislação nacional dos Estados-membros da organização (African Union 2014c).

Por fim, merece grande destaque a Estratégia da União Africana para a Região do Sahel, adotada em fevereiro de 2014, que está sendo implementada pela Missão da União Africana para o Mali e Sahel (MISAHHEL)¹⁶. Para a efetividade

e consolidar a independência africana frente às antigas metrópoles europeias.

16 A MISAHHEL, estabelecida pela UA em agosto de 2013, tem o mandato de auxiliar o pro-

da iniciativa, porém, são fundamentais a cooperação e a coordenação de esforços, principalmente com as Comunidades Econômicas Regionais e instituições de financiamento africanas (African Union 2014d).

A Estratégia se fundamenta em três pilares: a) governança; b) segurança; e c) desenvolvimento. Dentre as medidas propostas para melhorar a governança na região, estão iniciativas de descentralização administrativa dos Estados, de consolidação de instituições democráticas, bem como de integração de comunidades nômades e de promoção da coesão nacional através de líderes religiosos e tradicionais. Para enfrentar os desafios securitários, a Estratégia prevê a ação interagências de inteligência e de segurança, a construção de confiança mútua entre os países, e a cooperação técnica com outras organizações e instituições atuantes na região. Para o desenvolvimento sócio-econômico do Sahara-Sahel, a UA recomenda a construção de infraestrutura integrada, a integração sócio-econômica de jovens e mulheres, através de programas como o Serviço Cívico para o Desenvolvimento (SCAD), assim como o a implementação de projetos de desenvolvimento agrícola e de mitigação dos impactos da desertificação do Sahel (African Union 2014c)¹⁷.

3.2 COMUNIDADE ECONÔMICA DOS ESTADOS DA ÁFRICA OCIDENTAL (ECOWAS)

Um dos principais organismos sub-regionais do Saara-Sahel, a ECOWAS adotou em 2008 a Estrutura de Prevenção de Conflito (ECPF), tendo como preocupação central integrar as instituições internas da organização e promover a cooperação entre os Estados-membros e entidades externas para a manutenção da paz e da segurança na região (Kabia 2011). Em linhas gerais, a ECPF advoga uma postura pró-ativa dos Estados-membros e da sociedade civil, colocando-os como os atores principais do esforço de manutenção e estabelecimento da paz (ECOWAS 2008).

Também em 2008, a ECOWAS adotou a Declaração Política e o Plano Regional de Combate ao Tráfico Ilícito de Drogas, Crime Organizado e Abuso de Drogas. A Declaração recomenda aos governos dos Estados-membros a priorização

cesso de transição e recuperação do Mali pós-crise, bem como apoiar os países do Sahel em seus desafios de segurança, governança e desenvolvimento (ISS 2014a).

17 Este programa objetiva a integração de jovens na estrutura socioeconômica de seus países, contribuindo para a estabilidade interna e o desenvolvimento nacional. A proposta do programa é oferecer treinamento profissional em áreas como carpintaria, construção e elétrica, capacitando os participantes para atuação no setor público e privado (African Union 2014b).

do controle do tráfico de drogas para a estabilidade da região, bem como o fortalecimento das legislações e planos nacionais de combate ao crime organizado. Além disso, requisita a intensificação dos programas de assistência financeira e técnica do Escritório das Nações Unidas para Drogas e Crime (UNODC), bem como sua cooperação para a implementação do Plano Regional (United Nations 2015d).

Por sua vez, o Plano de Ação Regional (2008-2013) derivado da Declaração envolve cinco áreas temáticas, quais sejam: a) mobilização política para a alocação de recursos suficientes para a prevenção e combate ao tráfico ilícito de drogas; b) garantia da aplicação da lei e promoção da cooperação regional contra o crime organizado e tráfico de drogas; c) adequação dos aparatos legais e administrativos de justiça criminal; d) enfrentamento e prevenção do abuso de drogas e problemas de saúde associados; e) desenvolvimento de bases de dados confiáveis sobre o crime organizado e tráfico de drogas (United Nations 2015e).

Em 2013, a Autoridade dos Chefes de Estado e de Governo da ECOWAS adotou a Declaração Política de Posicionamento Comum Contra o Terrorismo, reconhecendo a necessidade de coordenação dos esforços nacionais para o combate do fenômeno. O principal desdobramento da Declaração é a Estratégia de Contraterrorismo e Plano de Implementação da ECOWAS, com os objetivos de operacionalizar os instrumentos existentes de contraterrorismo e coordenar os esforços regionais, continentais e internacionais para erradicar e prevenir a ameaça terrorista no Oeste da África. Juntas, a Declaração e a Estratégia configuram a primeira iniciativa da ECOWAS para lidar especificamente com o terrorismo, definindo normas e princípios gerais, bem como a condenação do financiamento e da propagação ideológica de atividades terroristas (Ewi 2013).

3.3 ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU)

Adotada pela Assembleia Geral em 2006, a Estratégia Global das Nações Unidas de Contraterrorismo é o marco institucional da Organização neste tema. Em linhas gerais, os pilares da Estratégia Global consistem em: a) construir a capacidade estatal de prevenção e combate a ameaças terroristas; b) criar condições que evitem a difusão do terrorismo; c) fortalecer o papel das Nações Unidas no combate ao terrorismo; d) garantir o respeito pelos direitos humanos como princípio das ações contraterroristas (United Nations 2006). Para auxiliar os Estados-membros na consecução desses objetivos, a Força Tarefa de Implementação do Contraterrorismo (CTIFT), composta por 34 entidades internacionais, organiza grupos de trabalho e workshops “em áreas onde a cooperação entre os

atores do Sistema das Nações Unidas pode agregar valor para a implementação da Estratégia” (United Nations 2015b).

Acerca da situação no Saara-Sahel, em 2013 foi adotada pelo Conselho de Segurança a Estratégia das Nações Unidas Integrada para o Sahel, abrangendo os países do Oeste, do Norte e do Centro da África, com ênfase especial para Burkina Faso, Chade, Níger, Mauritânia e Mali (United Nations 2013). A Estratégia para o Sahel está fundada em três pilares: a) governança, que visa à construção de capacidade estatal para o provimento de serviços públicos, bem como a inclusão política de populações marginalizadas; b) segurança, com o objetivo de melhorar o controle das vastas e porosas fronteiras da região, restringindo o transbordamento de atividades ilícitas e também criando condições para o desenvolvimento de atividades econômicas legítimas; e c) resiliência, dando ênfase para a segurança alimentar das populações em áreas de risco, bem como “construindo a capacidade para a resiliência de longo prazo” (United Nations 2015a, tradução nossa).

3.4 UNIÃO EUROPEIA (UE)

A UE foi um dos primeiros atores extrarregionais a tomar a iniciativa de implementar uma estratégia de segurança e desenvolvimento socioeconômico para o Sahel (ISS 2014b). A Estratégia para Segurança e Desenvolvimento do Sahel, adotada em 2011, abarca Mauritânia, Mali, Níger, Burkina Faso e Chade, tendo como centro os três primeiros países (Pichon 2015). O objetivo principal dessa iniciativa é combater as causas principais da extrema pobreza na região, criando condições para o desenvolvimento humano através de quatro linhas gerais de ação, quais sejam: a) desenvolvimento, boa governança e resolução de conflitos internos; b) ação política e diplomática; c) segurança e governo da lei; e d) combate e prevenção do extremismo e radicalização. Dentre as medidas específicas, destaca-se a implementação de missões de treinamento das forças armadas dos países da região, como no Mali e no Níger (Pichon 2015).

Para a consecução da Estratégia, a UE dispunha de €650 milhões, no momento de sua implementação, levantados através do Fundo Europeu de Desenvolvimento (EDF) e do Instrumento para Estabilidade (IsF). Entre 2014 e 2020, a Comissão da UE espera mobilizar €5 bilhões para apoiar o desenvolvimento das capacidades dos Estados abarcados no plano (Pichon 2015).

4 POSICIONAMENTO DOS PAÍSES

Mesmo tendo sido um dos maiores críticos quanto à criação do AFRICOM,

a **África do Sul** mantém uma postura colaborativa em relação a essa organização, sendo que o porto de Simon's Town é utilizado para operações estadunidenses (Deen 2013). Um continente estabilizado, além disso, é importante para o país, visto constituir importante mercado para seus produtos. Em 2003, o país coordenou uma missão da União Africana no Burundi, mas, de modo geral, é cético quanto à eficácia de intervenções externas para resolução de conflitos (Marthoz 2013). A África do Sul, que em 2004 adotou o Ato de Proteção da Democracia Constitucional contra Atividades Terroristas e Correlatas, a fim de prevenir e combater atividades terroristas, tem mostrado pouco interesse em cooperar com os EUA em questões relacionadas ao contraterrorismo (United States of America 2013).

Importante aliada dos EUA na região, a **Argélia** busca se estabelecer como uma potência regional e evitar interferência internacional nos seus problemas. O país, que passou por uma intensa guerra civil nos anos 1990, procura manter-se afastado de medidas regionais que visem à utilização da força, embora o país continue fazendo uso dela dentro de suas fronteiras. No que diz respeito às crises no Mali e na Líbia, por exemplo, o país parece ter organizado negociações que incluíssem diferentes partes e posições, o que teria gerado uma situação de discussões improdutivas e sem tomada efetiva de decisão. Existem rumores de que o serviço de inteligência argelino mantenha relações com a AQMI, num esforço de manter a região desestabilizada e manter suas relações com os EUA, cuja parceria com a Argélia na luta contra o terrorismo foi renovada, em 2011, pelo Presidente Obama (Porter 2015).

Após guerra civil, entre 1993 e 2005, o **Burundi** passa por processo de reconstrução, tentativa de conciliação interna e reassentamento de ex-refugiados. Apesar de não ser ameaçado por grupos armados, o país vive momento de crise política depois de uma fracassada tentativa de golpe de Estado, em maio de 2015, seguida por uma violenta repressão do governo e pela fuga em massa da população para a Tanzânia, a República Democrática do Congo e Ruanda (All Africa 2015a). O atual presidente do Burundi, Pierre Nkurunziza, tenta garantir seu terceiro mandato consecutivo, violando os acordos de paz que terminaram a guerra civil em 2006 (All Africa 2015b). Participante da TSCTP, o Burundi recebe treinamento militar e financiamento dos Estados Unidos para o combate ao terrorismo. Nos últimos anos, o país tem realizado operações conjuntas de combate ao terrorismo com seus vizinhos, além de participar ativamente da AMISOM (United States of America 2013).

O **Chade** é um importante parceiro dos EUA na luta contra o terrorismo, sendo também membro da TSCTP. O combate ao terrorismo é uma prioridade

para o atual governo, especialmente a contenção de ameaças terroristas ao longo da região do Sahel. O país, que recebeu treinamento técnico-militar dos EUA, contribuiu com 2.000 soldados na Missão da ONU para o Mali (MINUSMA) (United States of America 2013). A França está envolvida em uma operação no país (Epervier) e possui uma base em N'Djamena, a qual prevê a presença de blindados, aviões de combate, helicópteros, meios de informação e infantaria. Além disso, a Operação Barkhane tem sua base na capital chadiana, N'Djamena, além de diversos equipamentos de combate e apoio para sua força aérea e terrestre (Reeve e Pelter 2014).

A **Etiópia** é afetada pela atuação do grupo Al-Shabaab na Somália, em seu entorno regional. O país, que é parte da coalizão de forças da União Africana AMISOM desde 2013, cujo objetivo é combater as ações desse grupo na Somália, vê a situação instável nesse país como uma ameaça a sua própria segurança, o que o faz manter uma presença militar defensiva ao longo da fronteira somali. O país também se preocupa com grupos internos, como é o caso da Frente de Libertação Nacional de Ogaden (ONLF), da Frente de Libertação de Oromo (OLF) e do Ginbot 7 (Moore 2014, United States of America 2013).

Apesar de não sofrer de ameaças terroristas, a **Gâmbia** tem empreendido esforços para combater a lavagem de dinheiro, o financiamento do terrorismo e outros crimes financeiros em seu território e na África Ocidental (Kargbo, 2014).

Mais recentemente, a **Guiné** tem pautado sua política externa a partir de uma aproximação com a França. Importante fonte de minérios, sendo detentor de 1/3 das reservas mundiais de bauxita – e fonte de 24% das importações estadunidenses da matéria-prima – de importantes reservas de minérios de ferro e diamante, e de ser o terceiro maior produtor de ouro na região, o país apresenta uma relação de afastamento em relação a qualquer tentativa de intervenção externa (Visentini 2012b). Importante mencionar que o país tem uma relação de cooperação militar estreita com os EUA, a qual é caracterizada pela presença de técnicos civis e militares para treinamento das forças armadas do país (Arieff 2012).

Já a **Guiné Equatorial** se mostra preocupada com a emergência do grupo Boko Haram, enxergando a situação na região nordeste da Nigéria e as atividades do grupo no Camarões como ameaçadoras. A preocupação reflete a intenção de evitar incidentes como o ataque ao palácio presidencial em Malabo, em 2009, e atribuído ao Movimento pela Emancipação do Delta do Níger (MEND) (Jean-Matthew 2015)¹⁸.

18 Grupo armado que atua no Delta do rio Níger, atacando áreas de exploração de petróleo, entre outras, com o objetivo de destruir a capacidade de exploração do governo e controlar os poços de petróleo do Delta.

A **Líbia** é um dos principais interessados no tema de grupos armados não estatais. Desde a queda do regime de Muahammar al Kadaffi, a iminente falência do Estado líbio agrava a situação securitária do Saara-Sahel, fazendo de seu território lugar propício para o exercício de atividades terroristas e criminosas, e provocando a instabilidade de toda a região. Especialmente relevante geopoliticamente para o cenário internacional – diga-se Estados Unidos e Europa – por suas reservas de petróleo, o país passa por um delicado processo de reconstrução desde o encerramento da intervenção militar da OTAN em 2011. No entanto, a existência de dois governos, a ascensão de rebeldes e a presença do Estado Islâmico na Líbia dificultam a conquista da estabilidade no país (Roberto 2015).

Moçambique viveu 16 anos de guerra civil, até ser assinado, em 1992, o acordo de paz entre os grupos armados Resistência Nacional de Moçambique (RENAMO) e a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO). Desde 2013, porém, houve o ressurgimento da violência entre as forças de segurança do país e o braço armado do RENAMO, principalmente na província de Sofala. No presente momento, os moçambicanos estão preocupados em estabelecer um novo acordo de paz entre as duas facções, a fim de evitar a escalada da violência no país.

Assim como Gâmbia, a **Namíbia** implementou sua Política de Contraterrorismo e Financiamento do Terrorismo (CTFTP), com o objetivo de articular suas instituições domésticas para esse fim (Pisani 2012).

As iniciativas de contraterrorismo são uma prioridade do governo do **Níger**, país que é membro da TSCTP e que tem importantes relações de cooperação com os EUA e a União Europeia no que diz respeito à luta contra o terrorismo e o crime organizado. As tensões históricas entre o Estado e os tuaregues fizeram com que houvesse uma maior abertura para a radicalização. O país enviou mais de 600 soldados para intervir no Mali e aumentou sua contribuição para mais de 800 soldados para as atividades da MINUSMA que vieram na sequência. O Níger também tem lutado contra as ações do Boko Haram no sul do país, na fronteira com a Nigéria, e contra as ações da AQMI (United States of America 2013). Além disso, a França possui uma base militar em Niamey, que é compartilhada com os EUA desde 2013, onde dispõe de forças especiais, aviões de combate e meios de informação (Reeve e Pelter 2014).

Maior economia africana, a **Nigéria** é atualmente o maior produtor de petróleo no continente e um dos principais exportadores para os Estados Unidos. O país foi um dos maiores críticos da criação do AFRICOM e vê com cautela o crescimento das organizações militares não estatais no seu entorno (Deen 2013). A Nigéria, que tem uma postura de liderança regional, tem tido dificuldades em lidar com as ameaças impostas pelo grupo Boko Haram, as quais se dilatam e

transbordam para os vizinhos, especialmente o Marrocos e o Níger, mas, ao mesmo tempo, evita a interferência externa em seus problemas domésticos. Como afirma Penna Filho (2014) o país é bem estruturado e possui os recursos necessários para lidar com a ameaça de grupos militares não estatais, faltando apenas um melhor uso dos recursos públicos e combate à corrupção. O país também é membro da TSCP e auxiliou com forças terrestres e suporte logístico no esforço da ECOWAS no Mali (United States of America 2013).

Relativamente livre de ataques terroristas ou insurgências, desde 2012 a **Tanzânia** tem experimentado esporádicos e pouco organizados ataques de militantes islamitas contra igrejas e pontos turísticos. A preocupação maior do país, porém, é com a possibilidade de transbordamento das atividades do Al-Shaabab, que atua no chifre da África, e de grupos terroristas no Quênia, tendo em vista as fronteiras porosas da região (LeSage 2014). Apesar de não sofrer com grandes ameaças, a Tanzânia participa da Iniciativa de Contraterrorismo Transaariana (TSCTP) e de iniciativas da Comunidade da África Oriental, bem como da Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUSCO), mostrando-se comprometida com a estabilidade na região.

Desde sua independência, **Uganda** enfrenta graves problemas de segurança, tendo em vista as várias insurgências contra o governo no norte do país desde 1986 (United States of America 2004). Muitas delas foram derrotadas ou anistiadas, mas o Exército de Resistência do Senhor (LRA) e a Frente Democrática Aliada (ADF) continuam ativos, inclusive nos vizinhos Sudão do Sul, República Democrática do Congo e República Centrafricana. O LRA, historicamente apoiado pelo Sudão, comete atrocidades contra a população, provocando uma crise humanitária na região, com o objetivo de governar Uganda com base nos Dez Mandamentos da Bíblia (Munyua 2012). Com o envolvimento de parceiros e a aplicação de medidas domésticas, Uganda conseguiu reduzir boa parte da ameaça do LRA, mas ainda se esforça para erradicar o extremismo. Exemplos de iniciativas bem-sucedidas no combate ao LRA são a criação da Força Tarefa Conjunta Antiterrorismo (JAT), a cooperação regional da Comunidade da África Oriental (EAC) sob a liderança da UA, e a adoção de leis de anistia (Munyua 2012). É notável, ainda, o esforço empregado pelo país no combate ao Al-Shaabab, através de sua participação na Missão da União Africana na Somália (AMISOM). Desde 2007, Uganda já forneceu quatro comandantes e 12 batalhões para a Missão, que hoje conta com mais de seis mil soldados ugandenses (African Union 2015a).

5 QUESTÕES PARA DISCUSSÃO

1. Quais são as medidas adotadas pela União Africana para a resolução dos

problemas securitários regionais? Elas têm sido eficazes, ou deveria haver um maior protagonismo dessa organização?

2. Como a atividade de grupos armados não estatais se relaciona com os interesses de potências extrarregionais na região?

3. O uso indiscriminado do termo “terrorismo” e as associações políticas, culturais e religiosas decorrentes afetam a forma com a qual o problema dos grupos militares não estatais no Saara-Sahel é abordado?

4. Qual é a relação entre a origem desses grupos e a capacidade estatal dos países envolvidos com as ações dos grupos militares não estatais? Esses países têm adotado medidas para combater as origens desses problemas?

5. As intervenções militares realizadas na região se mostraram positivas para o controle do problema?

REFERÊNCIAS

Abdalla, Muna A. “*Understanding of the natural resource conflict dynamics: The case of Tuareg in North Africa and the Sahel*.” Pretoria: Institute for Security Studies, Agosto de 2009.

African Union. “*OAU Convention on the Prevention and Combating of Terrorism*”. Algiers, 14 de julho de 1999.

_____. “*Nouakchott Declaration of the 1st summit of the countries participating in the Nouakchott process on the enhancement of security cooperation and the operationalization of the African Peace and Security Architecture in the Sahelo-Saharan Region*”. Nouakchott, 18 de Dezembro de 2014a. <http://www.peaceau.org/en/article/nouakchott-declaration-of-the-1st-summit-of-the-countries-participating-in-the-nouakchott-process-on-the-enhancement-of-security-cooperation-and-the-operationalization-of-the-african-peace-and-security-architecture-in-the-sahelo-saharan-region>

_____. “*Report on Mali and the Sahel and the activities of the African Union Mission for Mali and the Sahel*”. Peace and Security Council, 449º Encontro, Addis Ababa, 11 de Agosto de 2014b.

_____. “The African Union Counter Terrorism Framework.” *African Union Peace & Security*. 11 de Junho de 2014c. <http://www.peaceau.org/en/page/64-counter-terrorism-ct> (acesso em 27 de Maio de 2015).

_____. “*The African Union Strategy for the Sahel*.” Niamey: African Union, 19 de Fevereiro de 2014d.

_____. “Uganda – UPDF.” *AMISOM - African Union Mission In Somalia*, 2015. <http://amisom-au.org/uganda-updf/> (acesso em 1 de Junho de 2015).

All Africa. “Burundi Opposition Leaders Go Into Hiding.” *All Africa*. 24 de Maio de 2015a. <http://allafrica.com/stories/201505240159.html> (acesso em 02 de Junho de 2015).

2015).

—. “Burundi: Red Cross Responds to Growing Need for Regional Assistance Following Burundi Pre-Election Violence.” *All Africa*. 23 de Maio de 2015b. <http://allafrica.com/stories/201505251992.html> (acesso em Junho de 02 de 2015).

Alexander, Yonah. *Terrorism in North Africa and the Sahel in 2014*. Arlington: Potomac Institute for Policy Studies, 2015.

Al Jazeera. “Report: At least 2,000 women abducted by Boko Haram.” *Al Jazeera*. 14 de Abril de 2015. <http://www.aljazeera.com/news/2015/04/nigeria-boko-haram-150414043301574.html> (acesso em 02 de Junho de 2015).

Aning, Kwesi, Frank Okyere, e Mustapha Abdallah. “Addressing Emerging Security Threats in Post-Gaddafi Sahel and the ECOWAS Response to the Malian Crisis.” *Kofi Annan International Peacekeeping Training Centre Policy Brief 1*. Maio de 2012.

Arief, Alexis. “Guinea: Background and Relations with the United States.” *Congressional Research Service*. 29 de Março de 2012.

BBC. “Islamic State ‘accepts’ Boko Haram’s allegiance pledge.” *BBC*. 13 de Março de 2015. <http://www.bbc.com/news/world-africa-31862992> (acesso em 03 de Junho de 2015).

—. “Mali crisis: Key players.” *BBC*. 12 de Março de 2013. <http://www.bbc.com/news/world-africa-17582909> (acesso em 06 de Julho de 2015).

Berrahmouni, Nora, e Neil Burgess. *World Wildlife Fund*, 2015. <http://www.worldwildlife.org/ecoregions/pa1327> (acesso em 27 de 05 de 2015).

Botha, Anneli. *Terrorism in the Magreb: The transnationalisation of domestic terrorism*. Pretoria: Institute for Security, 2008.

Chothia, Farouk. “BBC Africa.” *BBC*. 4 de Maio de 2015. <http://www.bbc.com/news/world-africa-13809501> (acesso em 2015).

Conselho de Segurança das Nações Unidas. *Resolution 1566*. Conselho de Segurança, 5053º Encontro, 08 de outubro de 2004.

Deen, Ebrahim Shabbir. “AFRICOM: Protecting US interests disguised as ‘military partnerships’.” *Al Jazeera*. 02 de Junho de 2013. <http://studies.aljazeera.net/en/reports/2013/05/2013521122644377724.htm> (acesso em 03 de Junho de 2015).

ECOWAS, Economic Community of West African States. “Regulation MSC/REG.1/01/08.” *The Ecowas Conflict Prevention Framework*. 16 de Janeiro de 2008.

Engels, Bettina. “Mapping the phenomenon of militias and rebels in Africa.” In: *Militias, rebels and islamist militants: Human insecurity and state crisis in Africa*, por Wafula Okumu e Augustine Ikelegbe (org), 69-88. Pretoria: Institute for Security Studies, 2010.

Estrada, Rodrigo D., e Fernando P. Mattos. “O Processo de Securitização do Magreb-Sahel.” *O Atlântico Sul como Eixo da Inserção Internacional do Brasil*. Porto Alegre: Seminário Brasileiro de Estudos Estratégicos Internacionais (SEBREEI), 2013.

Ewi, Martin A. “The new ECOWAS Counter-Terrorism Strategy and its implications for

West Africa.” ISS, *Institute for Security Studies*. 13 de Março de 2013. <http://www.issafrica.org/iss-today/the-new-ecowas-counter-terrorism-strategy-and-its-implications-for-west-africa> (acesso em 30 de Maio de 2015).

Ferreira, Thiago B. “Tese de dissertação.” *Guerra irregular complexa: aspectos conceituais e o caso da batalha de Vukovar*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012.

Gnanguênon, Amandine. “Operation Barkhane: a show of force and political games in the Sahel-Sahara.” ISS, *Institute for Security Studies*. 19 de Agosto de 2014. <http://www.issafrica.org/iss-today/operation-barkhane-a-show-of-force-and-political-games-in-the-sahel-sahara> (acesso em 03 de Junho de 2015).

George, Eric, e Yaleksi Ylonen. “Armed Islamist groups in Egypt, Algeria and Morocco.” In: *Militias, rebels and islamist militants: Human Insecurity and state crisis in Africa*, por Wafula Okumu e Augustine Ikelegbe, 341-364. Pretoria: Institute for Security Studies, 2010.

Halliday, Fred. *Two Hours that Shook the World - September 11, 2001: Causes & Consequences*. Londres: Saqi Books, 2002.

Ifeka, Caroline. “War on ‘terror’: Africom, the kleptocratic state and under-class militancy in West Africa-Nigeria.” *US militarization of the Sahara-Sahel: Security, Space & Imperialism*, 2010: 30-49.

Isa, Muhammed K. “Militant Islamist groups in northern Nigeria.” In: *Militias, Rebels and Islamist Militants: Human Insecurity and State Crises in Africa*, por Wafula Okumu e Augustine Ikelegbe, 313-340. Pretoria: Institute for Security Studies, 2010.

ISS, Institute for Security Studies. *Peace and Security Council Report*. Pretoria: Institute for Security Studies, Maio de 2014a.

—. *Peace and Security Council Report*. Pretoria: Institute for Security Studies, Junho de 2014b.

—. *Peace and Security Council Report*. Pretoria: Institute for Security Studies, Fevereiro de 2015.

Jean-Matthew, Tamba. “Equatorial Guinea on high alert over Boko Haram ‘threat.’” *Africa Review*. 20 de Março de 2015. <http://www.africareview.com/News/Equatorial-Guinea-on-alert-over-Boko-Haram-threat/-/979180/2660674/-/7u4s3iz/-/index.html> (acesso em 02 de Junho de 2015).

Kabia, John M. *Regional approaches to peacebuilding: The ECOWAS Peace and Security*. Birmingham: African Agency in Peace, Conflict and Intervention at the University of Birmingham, 7 de Abril de 2011.

Kargbo, Osman. “Tackling Money Laundering and Terrorism Financing in Gambia.” *The Point*. 02 de Abril de 2014. <http://thepoint.gm/africa/gambia/article/tackling-money-laundering-and-terrorism-financing-in-gambia> (acesso em 02 de Junho de 2015).

Keenan, Jeremy. *The Dying Sahara: US Imperialism and Terror in Africa*. Londres: Pluto, 2013.

Rekawek, Kacper. "Terrorism in the Sahel in a global context: dismantling the narrative of 'Afrghanistan'." In: *Re-mapping the Sahel: transnational security challenges and international responses*, por Cristina Barrios e Tobias Koepf, 19-24. Paris: EU Institute for Security Studies, 2014.

Leboeuf, Aline. "The Sahel states – part of the problem, part of the solution." In *Re-mapping the Sahel: transnational security challenges and international responses*, by Cristina Barrios and Tobias Koepf, 45-50. Paris: EU Institute for Security Studies, 2014.

LeSage, Andre. "The Rising Terrorist Threat in Tanzania: Domestic Islamist Militancy and Regional Threats." *Strategic Forum*. Washington DC: National Defense University, Setembro de 2014.

Lohmann, Annette. *Who Owns the Sahara? Old Conflicts, New Menaces: Mali and the Central Sahara between the Tuareg, Al Qaida and Organized Crime*. Abuja: Friedrich-Ebert-Stiftung, 2011.

Magin, Chris. *World Wildlife Fund*. 2015. <https://www.worldwildlife.org/ecoregions/at0713> (acesso em 27 de 05 de 2015).

Maglia, Cristiana. *O Saara como uma nova fronteira para o terrorismo*. Trabalho de conclusão de curso, Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Marques, Diogo S. "O comércio transaariano e os Estados do Sudão ocidental: séculos VIII-XVI." In: *Desvendando a história da África*, por José I. Macedo (org.), 45-55. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

Marthoz, Jean-Paul. "The Challenges and Ambiguities of South Africa's Foreign Policy." *ISN ETH Zurich*. 30 de Setembro de 2013. <http://www.isn.ethz.ch/Digital-Library/Articles/Detail/?id=170018> (acesso em 03 de Junho de 2015).

Mbella, George. "Cameroon: Boko Haram - Multinational Task Force HQ Inaugurated." *All Africa*. 28 de Maio de 2015. <http://allafrica.com/stories/201505280810.html> (acesso em 03 de Junho de 2015).

Menner, Scott. "Boko Haram's Regional Cross-Border Activities." *Combating Terrorism Center at West Point*, 2014: 10-16.

Moore, Jack. "Ethiopia: US Warns of Potential al-Shabaab Terrorist Attack on Addis Ababa." *International Business Times*. 15 de Outubro de 2014. <http://www.ibtimes.co.uk/ethiopia-us-warns-potential-al-shabaab-terrorist-attack-addis-ababa-1470150> (acesso em 03 de Junho de 2015).

Munyua, David. "Combating Terrorism: A Ugandan Perspective." *Combating Terrorism Exchange*, v.2, n.1 de 2012: 23-29.

Mundy, Jacob. "Introduction: Securitizing the Sahara." *US militarization of the Sahara-Sahel: Security, Space & Imperialism*, 2010.

OECD/SWAC. *An Atlas of the Sahara-Sahel: Geography, Economics and Security*. West African Studies, 2014.

Okumu, Wafula, e Augustine Ikelegbe. "Introduction: towards conceptualisation and

understanding of the threats of armed non-state groups to human security and the state in Africa.” In: *Militias, rebels and islamist militants: Human insecurity and state crisis in Africa*, por Wafula Okumu e Augustine (org) Ikelegbe, 1-44. Pretoria: Institute for Security Studies, 2010.

Østebø, Terje. “A Militância Islâmica em África.” *Resumo de segurança em África*, Novembro de 2012.

Penna Filho, Pio. “Da África do Norte para a África Subsaariana – Grupos radicais islâmicos no Mali e na Nigéria.” *Boletim Meridiano* 47, vol. 15, n. 146 (nov.-dez. 2014): 46-52.

Pereira, Analúcia D. “A África pré-colonial.” In: *Breve história da África*, por Vizentini, Paulo Fagundes (org), 11-57. Porto Alegre: Leitura XXI, 2007.

Pichon, Eric. “EU Security Strategy In The Sahel.” *European Parliamentary Research Service*. 7 de Janeiro de 2015. <http://epthinktank.eu/2014/03/31/eu-security-strategy-in-the-sahel/> (acesso em 31 de Maio de 2015).

Pisani, André du. “Crafting policy for the Namibian security system.” *Security Cooperation in Southern Africa*. Maputo: Friedrich Ebert Stiftung, 2012. 73-82.

Porter, Geoff D. “The Algeria Alternative: Why Algiers Defends Order at Home—But Not Abroad.” *Foreign Affairs*. 15 de Abril de 2015. <https://www.foreignaffairs.com/articles/africa/2015-04-15/algeria-alternative> (acesso em 03 de Junho de 2015).

Reeve, Richard, e Zoë Pelter. “*From New Frontier to New Normal: Counter-terrorism operations in the Sahel-Sahara*.” Agosto de 2014.

Rekacewicz, Philippe. “Sahara-Sahel: movements and routes.” *Le Monde diplomatique*. Março de 2012. <http://mondediplo.com/maps/saharasahel> (acesso em 11 de Julho de 2015).

Rekawek, Kacper. “Terrorism in the Sahel in a global context: dismantling the narrative of ‘Afrighanistan’.” In: *Re-mapping the Sahel: transnational security challenges and international responses*, por Cristina Barrios e Tobias Koepf, 19-24. Paris: EU Institute for Security Studies, 2014.

Retaillé, Denis. “Preface.” In: *An Atlas of the Sahara-Sahel*, por West African Studies, 16-21. OECD/SWAC, 2014.

Roberto, Willian M, e Ana C Melos. “The situation regarding non-state military actors in the Middle East.” *UFRGS Model of United Nations*, 2014: 247-293.

Roberto, Willian Moraes. “A Guerra ao Terror no Norte da África.” *NERINT*. 27 de Dezembro de 2013. <http://www.ufrgs.br/nerint/wp-content/uploads/2013/12/Artigo-Willian-Guerra-Terror.pdf> (acesso em 03 de Junho de 2015).

—. “A Guerra pela Líbia na era pós-Kadafi: os confrontos internos de um país fragmentado”. *Conjuntura Africana*, 18 de Abril de 2015. <http://www.ufrgs.br/nerint/wp-content/uploads/2015/04/Artigo-Willian-Libia-pos-Kadafi.pdf>. (acesso em 10 de Julho de 2015).

Schmidt, Elizabeth. *Foreign Intervention in Africa: From the Cold War to the War on Terror*. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2013.

Schneckener, Ulrich. "Fragile Statehood, Armed Non-State Actors and Security Governance." In: *Private Actors and Security Governance*, por Alan Bryden e Marina Caparini, 23-40. Genebra: Geneva Centre for the Democratic Control of Armed Forces (DCAF), 2006.

Sena, Caroline Regina Rodrigues. "*Françafrigue: A Permanência Francesa na África Diante dos Processos Descolonizatórios*." Porto Alegre, 2012.

Servant, Jean C. "Boko Haram, o crescimento de um monstro." *Le Monde Diplomatique Brasil*, 2012.

Setty, Sudha. "What's In a Name? How Nations Define Terrorism Ten Years After 9/11." *University of Pennsylvania Journal of International Law*, Outubro 30, 2011: 1-63.

Sodipo, Michael O. "Travar o Extremismo no Norte da Nigéria." *Resumo de segurança em África*, Agosto de 2013.

Thérroux-Bénoni, Lori-Anne. "The fight against Boko Haram tangled up in Nigerian and regional politics." *ISS, Institute for Security Studies*. 10 de Fevereiro de 2015. <http://www.issafrika.org/iss-today/the-fight-against-boko-haram-tangled-up-in-nigerian-and-regional-politics> (acesso em 03 de Junho de 2015).

United Nations, General Assembly. "Resolution adopted by the General Assembly." *A/RES/60/288. The United Nations Global Counter-Terrorism Strategy*. 20 de Setembro de 2006.

United Nations, Department of Political Affairs. "The Sahel." *United Nations Department of Political Affairs*. 2015a. http://www.un.org/wcm/content/site/undpa/main/activities_by_region/africa/pid/25602 (acesso em 30 de Maio de 2015).

United Nations, Department of Public Information. "Counter Terrorism Implementation Task Force." *United Nations Department of Public Information*. 2015b. <http://www.un.org/en/terrorism/ctitf/index.shtml> (acesso em 30 de Maio de 2015).

United Nations. *MINUSMA: United Nations Stabilization Mission in Mali*. 2015c. <http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/minusma/background.shtml> (acesso em 06 de Julho de 2015).

United Nations, Office on Drugs and Crime. "Political Declaration on the Prevention Of Drug Abuse, Illicit Drug Trafficking and Organized Crimes in West Africa." *United Nations Office on Drugs and Crime*. 2015d. <http://www.unodc.org/westandcentralafrica/en/ecowaspoliticaldeclaration.html> (acesso em 30 de Maio de 2015).

—. "Regional Action Plan to address the growing problem of illicit drug trafficking, organised crimes and drug abuse in West Africa." *United Nations Office on Drugs and Crime*. 2015e. <http://www.unodc.org/westandcentralafrica/en/ecowasresponseactionplan.html> (acesso em 30 de Maio de 2015).

United Nations, Security Council. "S/2013/354." *Report of the Secretary-General on the situation in the Sahel region*. 14 de Junho de 2013.

United States of America. *Behind the Violence: Causes, consequences and the search for solutions to the war in northern Uganda*. Kampala: U.S Agency for International Development, 2004.

—. “Country Reports on Terrorism 2013: Chapter 2. Africa Overview.” *U.S. Department of State*. 2013. <http://www.state.gov/j/ct/rls/crt/2013/224820.htm> (acesso em 1 de Junho de 2015).

Visentini, Paulo Fagundes. *A Primavera Árabe: entre a nova democracia e a velha geopolítica*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2012a.

—. *Os Países Africanos: diversidade de um continente*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2012b.

Welsh, May Ying. “Making sense of Mali’s armed groups.” *Al Jazeera*. 17 de Janeiro de 2013. <http://www.aljazeera.com/indepth/features/2013/01/20131139522812326.html> (acesso em 06 de Julho de 2015).

Zoubir, Yahia. *Algeria and the Sahelian Imbroglio: Preventing War and Fighting Terrorism*. Reportagem, Marseille: Al Jazeera Center for Studies, 2012.



CONSELHO DE PAZ
E SEGURANÇA DA
UNIÃO AFRICANA

A SITUAÇÃO NA LÍBIA

THE SITUATION IN LIBYA

Ana Carolina Melos¹

Marília Bernardes Closs²

Natasha Pereira Lubasweski³

RESUMO

O presente guia de estudos debate a atual situação na Líbia, com o objetivo de compreender quais as possíveis medidas a serem tomadas pelo Conselho de Paz e Segurança da União Africana. Após a derrubada de Muammar Kadafi, em 2011, o país viveu uma série de instabilidades políticas e securitárias, que culminaram, em 2014, na chamada Segunda Guerra Civil Líbia. Os principais elementos dessa são a ausência de um Estado central capaz de administrar o território e sem monopólio da força, a existência de uma série de grupos armados, a existência de dois corpos políticos e legislativos diferentes que reivindicam a administração legítima da Líbia - um sediado em Trípoli, capital do país, e outro sediado em Tobruk - e a recente ascensão do Estado Islâmico no país. Ademais, busca-se analisar qual o papel não apenas do CPSUA na questão, mas também de países africanos, árabes e de potências extrarregionais.

1 Ana Carolina é aluna do 4º ano de Relações Internacionais da UFRGS e diretora do CPSUA.

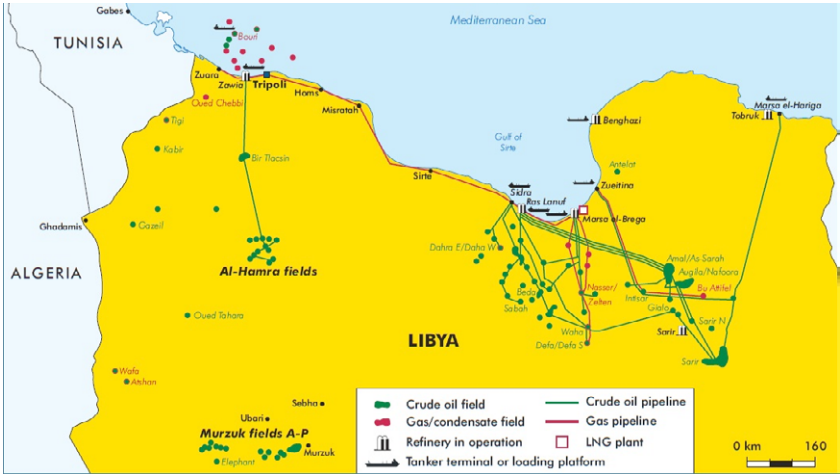
2 Marília é aluna do último ano de Relações Internacionais da UFRGS e diretora do CPSUA.

3 Natasha é aluna do 4º ano de Relações Internacionais da UFRGS e diretora assistente do CPSUA.

1 HISTÓRICO

Quarto país da África em território, a Líbia possui 60% de sua superfície coberta pelo deserto do Saara, e 90% do país apresenta um clima desértico ou semidesértico. Em resposta às condições climáticas adversas, a população líbia se concentrou na costa, banhada pelo mar Mediterrâneo e pelo Golfo de Sidra, de modo que cerca de 90% dos cidadãos se encontram nessa região. Dessa maneira, a maior parte das pessoas vive na parte oeste do país, em uma de suas três províncias, a Tripolitânia. Ademais, é importante destacar que a Líbia detém a maior reserva de petróleo do continente africano e a quarta maior reserva mundial (EIA 2014). Esse petróleo encontra-se majoritariamente nas províncias da Tripolitânia e da Cirenaica (a leste do país) – a maior reserva do país está localizada no Golfo de Sirte no Mar Mediterrâneo, entre as duas províncias (Roberto 2015). Por fim, em Fezzan, ao sul, encontra-se uma minoria populacional, formada basicamente em berberes e tuaregues.

Imagem 1: Principais campos de petróleo e gás natural e a infraestrutura de energia na Líbia



Fonte: Crude Oil Peak, 2015.

Imagem 2: As principais províncias líbias

Fonte: VoltaireNet.

1.1 DO IMPÉRIO TURCO-OTOMANO AO FIM DA MONARQUIA LÍBIA

A construção do Estado-Nação líbio tem sido tumultuada desde seus primórdios. A passagem de sucessivos povos e impérios estrangeiros, como gregos, romanos, bizantinos, árabes, turcos-otomanos e italianos, que dominaram, em diferentes épocas, o território e a população local, não contribuiu para a criação de uma identidade nacional entre o povo líbio, ou para a formação de uma consciência de pertencimento a uma mesma nação (González 2011). Separado em três regiões muito distintas entre si, o território líbio viu sua primeira tentativa de unificação ocorrer sob a dominação do Império Turco Otomano a partir do século XVI, sendo esse o maior legado dos otomanos para a região (Vandewalle 2006). Ainda assim, a separação e a autonomia entre as províncias eram marcantes, o que é fator estruturante da política do que viria a ser a Líbia até hoje.

O grande distanciamento entre a Tripolitânia, a Cirenaica e Fezzan eram reflexo da falta de interação econômica prévia entre elas – e de incentivos para isso –, além de uma geografia humana e física completamente diversa. Não só distâncias enormes (a exemplo dos 483km de deserto que separam a Tripolitânia da Cirenaica), contribuía para mantê-las separadas, mas também as formações históricas distintas, com a Tripolitânia tendo forte influência da antiga ocupação romana, a Cirenaica ainda sentindo os reflexos da colonização grega, e Fezzan como uma província ainda pequena e seminômade (Vandewalle 2006). Estes fatos acabavam por orientar tanto suas organizações internas, quanto suas relações

externas de maneira muito distinta¹.

Ainda durante a ocupação otomana, o islã começa a criar raízes em uma das províncias líbias. O movimento Sanusi², como é conhecido, instalou na Cirenaica certa governança, trazendo ainda mais autonomia e um sentimento de identificação de valores comuns entre a população para a região. Nascia nesse período uma das forças políticas mais fortes da história do país. Em um primeiro momento, os Sanusi lutaram contra as diversas tentativas de dominação francesa na região, que buscavam incorporá-la aos seus domínios na África Equatorial (Vandewalle 2006). Aos poucos o movimento foi se espalhando por Fezzan e por algumas tribos da Tripolitânia, o que resultou em um levante contra a ocupação turca. Nas palavras de Simons e Benn (2003), ao referirem-se à chegada dos italianos,

“(...) os árabes líbios ainda não estavam com o comando da sua própria terra. Na verdade eles foram forçados a confrontar ainda outra ocupação colonial, a mais devastadora de todas, antes da Líbia poder emergir como uma nação independente” (Simons e Benn 2003, 3)

Em um período em que as potências coloniais europeias estavam competindo por ganhos comerciais e estratégicos, não garantir territórios na costa Mediterrânea da África poderia significar para a Itália perder o seu espaço (Simons e Benn 2003). Assim, no ano de 1911, os italianos declararam guerra à Líbia e ocuparam as zonas litorâneas do país. Entretanto, ao tentar adentrar o território, encontraram forte resistência, principalmente por parte do movimento Sanusi na Cirenaica (Boahen 2010).

Resistência essa que acabou por unir populações autóctones com os próprios turcos, marcando a importância da religião para o movimento, na medida em que o povo líbio preferia manter-se leal aos legisladores e administradores muçulmanos a ceder ao domínio cristão (Simons e Benn 2003). Mesmo com a assinatura do Tratado de Lausanne, que oficializava a retirada dos turco-otomanos da região, em 1912, a resistência se manteve. Foi somente em 1931, através da combinação de operações armadas com campos de concentração – onde se cometeram verdadeiros genocídios (Simons e Benn 2003) –, que os italianos conseguiram pôr

1 A Tripolitania possuía uma tradição cultural e economia largamente orientadas para o Magreb, região com a qual compartilhava a história romana. A Cirenaica, por sua vez, como resultado da colonização grega, tinha seus os equivalentes, em grande parte, nos países a leste de suas fronteiras ainda indefinidas. Fezzan, por fim, apesar do comércio de caravanas, interagiu esmagadoramente com a África subsaariana (Vandewalle 2006).

2 Movimento liderado pela família Sanusi que, inspirado por ideias do islã, fomentaram a religião na Cirenaica e criaram um movimento de resistência aos turcos, que se manteve também contra os italianos nos anos seguintes (Simons e Benn 2003).

fim à resistência autóctone (BBC News 2015). O último país do norte da África finalmente se rendera à colonização europeia (Vandewalle 2006)

Visando futuramente anexar o território à “Grande Itália”, os italianos unificam, em 1934, as províncias, e dão o nome pelo qual se conhece hoje a região: Líbia (Visentini 2012). Em 1939, já sob comando de Benito Mussolini, a Itália declara a Líbia como parte integral do reino italiano, sendo considerada a sua nona região (Simons e Benn 2003). A Segunda Guerra Mundial trouxe novas perspectivas para um país que buscava livrar-se da intervenção europeia. Vendo na derrota do Eixo³ uma possível brecha para a independência, as forças de resistência líbias, comandadas pelo líder Sanusi Sayyid Idris, apoiam e lutam ao lado dos Aliados quando o Norte da África se torna também teatro de operações da guerra (Mazrui 2010; Fachal 2013).

Quando, em 1942, os Aliados conseguem expulsar o Eixo da região, a Líbia é dividida entre as potências. Cirenaica e Tripolitânia passam a ser controladas pela Inglaterra, enquanto Fezzan fica sob comando francês (Mazrui 2010; Simons e Benn 2003). Mais uma vez, criava-se um distanciamento entre as províncias líbias, diminuindo as perspectivas de independência de uma Líbia unificada (Simons e Benn 2003). Os diferentes níveis de evolução política entre elas eram marcantes: por um lado, uma Cirenaica governada pelos Sanusi, que, com a confiança recebida pelos ingleses após o apoio na guerra, estabelecem uma espécie de autogoverno na região (Vandewalle 2006); por outro, a Tripolitânia, que não possuía nenhum líder local efetivo, e Fezzan, região pela qual a França demonstrava forte interesse, cogitando, inclusive, separá-la das demais e anexá-la à África Equatorial Francesa (Simons e Benn 2003).

A divisão do território entre Inglaterra e França provocou protestos dos Aliados, principalmente da União Soviética, que desejava, no mínimo, uma administração comum pela aliança. Sem chegar a um acordo, a questão foi submetida, em 1948, à recém-criada Organização das Nações Unidas. Nessa época, não só franceses e ingleses já se encontravam instalados no país, mas também os Estados Unidos, dotados de uma base aérea localizada perto de Trípoli. Todos eles possuíam interesses, principalmente em instalar ali bases militares, e não pretendiam abandoná-los (Mazrui 2010). No entanto, em dezembro de 1951, a Líbia passou a ser não só o último território colonizado pelos europeus, mas também o primeiro país do Norte da África a declarar sua independência perante a comunidade internacional (Fachal 2013). O Reino Unido da Líbia surgia como uma monarquia federativa, caracterizada pela grande autonomia de cada uma das três províncias. Foi então nomeado rei, pelas potências ocidentais, o líder Sanusi,

3 Países: Alemanha, Japão e Itália.

Muhammad Idris lo al-Sanusi, como única real liderança da região (Visentini 2012).

Nas palavras de Vandewalle (2006),

“(...) em certo sentido, a Líbia era um estado acidental: criado por - e sob o comando de - grandes interesses de poder (grandes potências) e acordado entre as províncias locais, que temem outras alternativas” (Vandewalle 2006, p.40).

Dessa maneira, um governo simpático aos interesses ocidentais autorizou que se mantivessem os interesses franceses, ingleses e estadunidenses, a exemplo das bases militares e aéreas, além da abertura econômica para capitais estrangeiros (Mazrui 2010; Simons e Benn 2003). Entre 1951 e 1963, a monarquia não logrou criar uma unidade nacional. Por um lado, o povo líbio continuou se identificando através de laços tribais e regionais, ou, em um sentido mais amplo, por laços islâmicos. Por outro, o forte federalismo vigente, com cada uma das províncias apresentando um parlamento responsável pelo seu próprio orçamento e pela execução de suas leis, acabava por não criar ideologias unificadoras, na medida em que distanciava ainda mais as províncias (Vandewalle 2006).

Com a descoberta de vastas reservas de petróleo, alguns aspectos importantes mudaram no país. No âmbito econômico, a Líbia deixou de ser um dos países mais pobres do Norte da África para se tornar um dos mais ricos do continente em termos de PIB per capita, ainda que muito dependente de um só produto. No âmbito político, a necessidade de gerir os recursos provenientes do petróleo tornou imprescindível uma maior integração econômica do território, de modo que, em 1963, o rei Idris al-Sanusi transformou a Líbia em um reino unitário (Vandewalle 2006). A década de 1960 trouxe ao país uma onda de nacionalismo árabe que, inspirada pelo líder egípcio Gamal Abdel Nasser⁴, espalhou-se pelo Norte da África. Somado a isso, a corrupção, a má distribuição da renda petrolífera e a exclusão da população da vida política faziam crescer um descontentamento político e social entre a população (Visentini 2012). Desenhava-se aqui o fim da monarquia líbia.

1.2 O GOVERNO DE KADDAFI: DA ASCENSÃO À DERRUBADA

Foi durante uma viagem de Idris, em 1969, que oficiais militares, dirigidos

⁴ Gamal Abdel Nasser foi um líder político muito importante para o Egito, do qual foi presidente desde 1954 até a sua morte, em 1970. Nasser promoveu, durante o seu governo, fortes políticas terceiro-mundistas e, principalmente, nacionalistas, fomentando o movimento pan-arabista contra a dominação Ocidental (Boahen 2010).

por Muammar el-Kaddafi, tomaram o poder. Instaura-se, então, a República Socialista Árabe, sob o comando do líder da revolução. Inspirado pelas ideias do socialismo árabe, do islã e do pan-arabismo de Nasser, o novo regime revolucionou a situação política, social e econômica da Líbia, mudando praticamente todos os aspectos da vida do país (Mazrui 2010). Rejeitando o sistema político e econômico ocidental, Kaddafi elabora o seu “Livro Verde”, desenvolvendo uma filosofia política própria: a Terceira Teoria Universal (Fachal 2013). Em linhas gerais, o líder líbio propunha uma alternativa ao capitalismo e ao comunismo, mostrando um caminho para o que ele entendia como a democracia popular de fato, uma vez que via a democracia representativa ocidental como uma farsa (Mazrui 2010). De acordo com a sua teoria, o “único meio de democracia popular” seria através dos congressos populares (*Jamahiriah*)⁵ que criou, por meio dos quais o povo seria administrado pelo próprio povo (Al-Gaddafi 2012).

Seus projetos políticos começam a ser executados em 1973, quando o líder põe em curso a Revolução Popular, pautada pelas ideias defendidas no seu Livro Verde. Contudo, em 1979, Kaddafi cria a Autoridade Revolucionária, na medida em que percebe que, como a população em geral se mantinha alheia à vida política, o sistema anterior simplesmente não funcionava. Nesse novo sistema, o poder popular passava a ser constrangido pelo segundo tipo de administração criada, o poder revolucionário, estruturado através de Comitês Revolucionários e centralizado em Kaddafi. As áreas-chave do Estado passavam a ser controladas por estes comitês: a polícia, o exército, a política externa, o orçamento e o setor petrolífero (Vandewalle 2006).

No que concerne às relações exteriores da Líbia, logo no início de seu governo, Kaddafi já começa a tomar medidas que desagradam às potências ocidentais. Em 1970, ordena o fechamento das bases aéreas britânicas e estadunidenses, além de nacionalizar propriedades italianas (BBC News 2015). Ademais, no começo do mesmo ano, o líder líbio estabelece campos de treinamento para grupos armados no país, dando asilo a procurados por terrorismo pelos Estados Unidos e suprimindo com armamentos alguns grupos que se engajavam no que Kaddafi acreditava ser uma luta “contra a opressão, a exploração e o colonialismo” (Simons e Benn 2003, 124).

No ano de 1986, após o atentado à “La Belle Discothèque”⁶ em Berlim, as tensões entre a Líbia e o Ocidente chegam ao seu apogeu. Ao afirmar a existência

5 Mecanismos através dos quais a população passaria a decidir diretamente o futuro político do país, organizando-se em comitês e elegendo representantes que fariam parte dos congressos, para o qual o Governo Central do país se dirigiria em suas decisões (Al-Gaddafi 2012)

6 Em 5 de abril de 1986, ocorreu um bombardeio na boate “La Belle Discothèque”, a qual era frequentada por soldados norte-americanos. Foram 230 pessoas atingidas, entre mortos e feridos.

de uma ligação entre o ataque e o governo líbio, Washington, sob comando de Ronald Reagan, responde com bombardeios a Trípoli e a Benghazi, as principais cidades do país. Para contribuir para a deterioração das relações, somam-se ao episódio de Berlim, o atentado de Lockerbie⁷, em 1988, e a teoria, defendida pelo governo estadunidense, de que a Líbia estaria tentando desenvolver artefatos químicos de destruição em massa (Simons e Benn 2003). O fato de o governo líbio se recusar a entregar para julgamento os dois suspeitos pelo atentado de Lockerbie fez com que as Nações Unidas aprovassem a imposição de sanções contra o país, em 1992. Este último golpe foi muito maior do que o sofrido pelos líbios com as sanções estadunidenses anteriores, pois trazia consequências econômicas mais difíceis de superar (Vandewalle 2006).

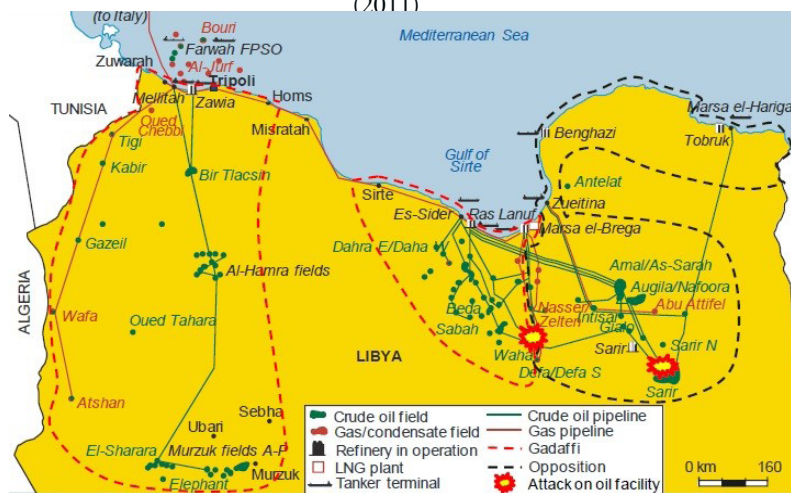
Na segunda metade dos anos 1990, Kaddafi decide tentar melhorar as relações com o Ocidente, buscando deixar para trás a identidade de “pária” no sistema internacional. Em 1999, entrega os suspeitos do atentado para julgamento, e, no mesmo ano, as sanções da ONU são suspensas, além de haver a restauração das relações diplomáticas da Líbia com países como o Reino Unido (BBC News 2015). No fim da mesma década, inicia-se uma maior abertura do país para o resto do mundo, que se concretizou de fato nos primeiros anos do século seguinte (Simons e Benn 2003).

A primeira década dos anos 2000 foi marcada por ações que abriam caminho para a normalização das relações internacionais da Líbia. Além de, ao longo do período, fazer compensações às famílias das vítimas dos atentados de Lockerbie, os quais confessou participação no ano de 2003, o país decidiu abandonar os programas para desenvolvimento de armas de destruição em massa (Vandewalle 2006). Isso resultou na revogação total das sanções das Nações Unidas e, alguns anos depois, na restauração total das relações diplomáticas com os Estados Unidos. O auge da evolução das relações com os Estados Unidos se deu em 2008, com uma visita histórica da Secretária de Estado do governo Bush, Condoleezza Rice, à Líbia (BBC News 2015).

Em fevereiro de 2011, como resposta à prisão de um agente de direitos humanos líbio, violentos protestos se iniciam na cidade de Benghazi e rapidamente se espalham pelo país. As manifestações populares da “Primavera Árabe”, iniciadas na Tunísia e no Egito, se estenderam também à Líbia (Fachal 2013), formando-se quase que concomitantemente aos movimentos um levante armado contra Kaddafi. O governo, em resposta, empreendeu uma repressão brutal, o que fez com que logo a situação escalasse para um conflito civil entre as forças insurgentes e as forças leais ao governo (Chivvis, Martini 2014; Visentini 2012).

⁷ Atentado que atingiu o voo 103 da Pan Am que partia, em 21 de dezembro, de Londres para Nova Iorque. Foram 270 pessoas mortas (Simons e Benn 2003).

Imagem 3: Os campos de petróleo líbios e as linhas de batalha contra os rebeldes (2011)



Fonte: Crude Oil Peak, 2011.

Em março do mesmo ano, o Conselho de Segurança da ONU, evocando o princípio de “responsabilidade de proteger”⁸ ao alegar que a população civil sofria forte repressão por parte do governo, votou por sanções e aprovou a resolução 1973, que autorizava a criação de uma zona de exclusão aérea sobre o país, com o objetivo de interromper o conflito. Vale notar que a resolução foi aprovada com o apoio da Liga Árabe e a contragosto da União Africana, que, com a exceção da África do Sul, era contra a intervenção estrangeira no conflito. Cabe também ressaltar que essa resolução foi votada com cinco abstenções, a saber, do Brasil, da Índia, da China, da Rússia e da Alemanha (Campbell 2013).

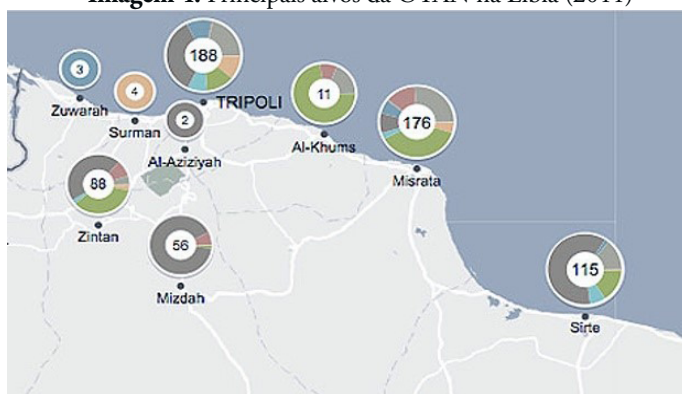
A fim de unir os esforços individuais das grandes potências em relação ao conflito, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) assume, então, o comando das operações. Extrapolando as diretrizes da resolução, é formada uma coalizão⁹ de europeus e Monarquias do Golfo que dá início a uma intervenção militar a favor dos rebeldes (Visentini 2012). Coalizão essa que, ao invés de proteger os civis, como era sua justificativa, acabou por tomar parte no conflito,

8 Princípio segundo o qual os Estados aceitariam a responsabilidade de proteger suas populações de atentados aos direitos humanos, além de se comprometerem a ajudar um ao outro nesta tarefa. Porém, caso a comunidade internacional entenda que um Estado não foi efetivo em evitá-los, é responsabilidade de a mesma agir na proteção dos civis em questão (ONU, 2005).

9 Coalizão formada por Reino Unido, França, Itália, Espanha, Bélgica, Dinamarca, Noruega, Grécia, Holanda, Emirados Árabes Unidos, Qatar, Canadá e Estados Unidos.

buscando derrubar o regime de Kadafi. Ainda em julho de 2011, os rebeldes declaram a tomada de poder através do Conselho Nacional de Transição (CNT). O novo governo é considerado legítimo pelas Nações Unidas e, inclusive, pela União Africana, em setembro do mesmo ano. Já no mês de outubro, com grande ajuda da França, os rebeldes capturam e matam Kaddafi. O governo de transição declara a “liberdade” da Líbia e anuncia a chamada de eleições, que ocorreriam em oito meses, criando um plano para a transição de poder (Chivvis e Martini 2014).

Imagem 4: Principais alvos da OTAN na Líbia (2011)



Fonte: The Guardian, 2011.

Analisando a história líbia, pode-se compreender o fato de que a revolta contra Kaddafi tenha se iniciado no Leste do país. Após o golpe de 1969, o líder moveu toda a estrutura de Estado da Cirenaica para Trípoli e passou a reprimir forças regionais, buscando forjar a unidade nacional. Contudo, essa rivalidade não superada entre Leste e Oeste piorou a situação política após a queda do presidente. Em janeiro de 2012, estouraram revoltas em Benghazi em sinal de descontentamento com a natureza das mudanças do novo governo (BBC News 2015). O Conselho tinha anunciado que seus planos consistiam em alocar 60 assentos na Assembleia Nacional para o Leste e 100 para o Oeste, visto que a segunda região era mais populosa. Como resultado, oficiais do Conselho do Leste, conhecidos como Conselho Barqa, decidiram buscar um restabelecimento da autonomia da região, declarando-se governo interino da Cirenaica e chamando a população a boicotar as eleições parlamentares (Chivvis e Martini 2014).

Em julho de 2012, é eleito o Congresso Geral Nacional (CGN) e, em outubro do mesmo ano, o CGN elege Ali Zeidan, um liberal e líder da oposição durante a guerra civil, como Primeiro Ministro da Líbia. Em Setembro do mesmo ano, o Embaixador dos Estados Unidos e mais três pessoas são mortas

quando militantes islâmicos atacam o consulado do país em Benghazi. No ano seguinte, em maio, é criada uma nova lei que bane oficiais da era Kaddafi dos cargos públicos oficiais (BBC News 2015). Quanto à rivalidade Leste-Oeste, em agosto de 2013, apesar das tentativas do governo central de conciliação, milícias começam a bloquear os terminais de exportação de petróleo do país (BBC News 2015; Bandeira 2013). Isso porque à população da Cirenaica não agradava o fato de que as decisões energéticas eram tomadas em Trípoli, na medida em que a maior parte das reservas está situada no Leste. Essa tomada de controle das estruturas petrolíferas na Cirenaica e a ameaça da criação de um Estado autônomo dentro da Líbia afeta o país não só politicamente, mas também economicamente (Chivvis e Martini 2014).

Ademais, para completar o quadro de instabilidade, os líderes políticos líbios têm estado em constante ameaça de ataque rebelde, a exemplo do sequestro do Primeiro Ministro Ali Zeidan em outubro de 2013. A falta de segurança devido à situação frágil que se instaurou na Líbia após a queda de Kaddafi tornou a situação muito difícil para o governo atual, além de abrirem espaço para a expansão de grupos criminosos e jihadistas não só no país, mas em toda a região. Essa falha na segurança se originou principalmente nos baixos esforços que foram feitos para desarmar e desmobilizar as milícias rebeldes no pós-guerra tanto por parte do governo, quanto por parte das forças internacionais. O principal problema do Estado líbio é que, nesse período de instabilidade interna, o governo ainda não conseguiu restabelecer o funcionamento das instituições ou assegurar o monopólio da violência (elemento básico do Estado moderno), tornando-o fraco e vulnerável, de modo que o conflito tende a se estender indefinidamente (Chivvis, Martini 2014).

2 APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA

2.1 A SEGUNDA GUERRA CIVIL E A CRISE POLÍTICA E MILITAR

Após a derrubada do Primeiro Ministro Ali Zeidan, em março de 2014, e a ascensão de al-Thinni, começa na Líbia um período de grande instabilidade política e securitária. Como já foi descrito acima, o atual cenário é de ausência de uma estrutura estatal capaz de exercer o monopólio da violência ou de garantir o funcionamento das instituições na integridade territorial (Cachalia 2004). A existência de uma grande quantidade de grupos armados não vinculados ao governo de al-Thinni é um exemplo da profunda crise securitária do país. Em maio

de 2014, seria lançada, pelo General Khalifa Haftar, a Operação Dignidade, com o objetivo de eliminar as forças jihadistas no país. A Operação é o marco inicial do que muitos especialistas chamam de Segunda Guerra Civil Líbia. Em oposição à Operação Dignidade, é lançada, em junho do mesmo ano, a Fajr Libya – em português, Operação Amanhecer – por forças jihadistas com diferentes graus de moderação. Concomitantemente, o país vive uma crise política, com a existência de dois governos formais, com aparatos jurídicos e institucionais próprios, mas carentes de legitimidade e capacidade de exercício de autoridade.

No dia 11 de março de 2014, o Congresso Nacional Geral (CNG) demitiu o então Primeiro-Ministro, Ali Zeidan, após um navio petrolífero rebelde romper o bloqueio naval líbio. Depois de mostrar-se enfraquecido na luta contra os grupos jihadistas que atacavam Trípoli, Zeidan foi substituído por Abdallah al-Thinni (Laessing e Bosalum 2014). Al-Thinni assume o CNG com a responsabilidade de terminar de escrever a Constituição. Vale notar que o CNG é composto, majoritariamente, por partidos de cunho islâmico (Roberto 2015).

Haftar foi Chefe do Estado Maior das Forças Armadas da Líbia até fins da década de 1980. Mais tarde, juntou-se aos opositores do regime de Muammar Kadafi. Após a queda de Kadafi, o general Haftar voltou a ocupar cargos nas Forças Armadas da Líbia. Junto com diversas outras milícias, Haftar e o denominado Exército Nacional Líbio (LNA, na sigla em inglês) tinham como objetivo com a Operação, inicialmente, a retomada de Benghazi do controle de milícias jihadistas e, posteriormente, exigir a eleição de um novo parlamento que não fosse controlado por partidos islâmicos (Africa Confidential 2014b). Haftar e os atores que constroem a Operação Dignidade são as principais forças seculares da Líbia contemporânea e seu objetivo maior era a derrocada da “ameaça jihadista” como um todo (Roberto 2015). Dentre as principais milícias que uniram-se à Operação liderada por Haftar, destacam-se a al-Qaqa e a al-Sawaiq. Ambas hoje exercem papel de defesa das instituições de que são partidárias e são originárias da região de Zintan, no oeste do país (BBC 2014). Zintan, cidade situada perto de Trípoli, é uma das maiores cidades da Líbia e foi palco de origem de uma série de milícias que ajudaram na derrubada de Muammar Kadafi.

A cidade de Benghazi, na Cirenaica, nas últimas décadas, tornou-se palco para a proliferação de uma série de grupos jihadistas. Segundo Bandeira (2013), a cidade sempre foi um dos principais centros do islamismo radical salafista. Além disso, ali se concentra uma grande quantidade de líbios que foram participar da Jihad no Iraque e, posteriormente, regressaram para combater o regime de Kadafi (Bandeira 2013). Ademais, é importante mencionar a importância da influência e da ingerência da al-Qaeda na região. Dentre os principais grupos jihadistas

atuantes na área, destacam-se a Ansar al-Sharia, a Brigada dos Mártires e o Escudo Líbio.

O grupo Ansar al-Sharia tem origem no levante contra a administração de Muammar Kadafi de 2011. Oficialmente formado em 2012, a Ansar al-Sharia é composta pela junção de outros rebeldes do leste líbio, como a Brigada Abu Obayda bin al-Jarah, a Brigada Malik e a Brigada 17 de Fevereiro, milícia cuja base está posicionada em Benghazi e é uma das mais bem armadas do país (BBC 2014). A Ansar al-Sharia ganhou maior proeminência após ter assumido a autoria do assassinato do embaixador estadunidenses na Líbia, Christopher Stevens. Ainda que o grupo negue ter ligações ou relações com a al-Qaeda, grande parte dos analistas o descreve como a principal facção líbia relacionada, treinada e financiada pela al-Qaeda (Irshaid 2014). Hoje, a Ansar al-Sharia é uma das forças mais poderosas na localidade de Benghazi (Africa Confidential 2014b) e, até 2015, foi comandada pelo Mohamed al-Zahawi, morto em combate.

Em 16 de maio, o LNA iniciou o ataque às milícias islâmicas em Benghazi com aviões e veículos blindados. Alguns dias depois, as forças de Haftar avançam sobre Trípoli, visando à derrubada do CNG. Nesse momento, Haftar e seu exército já contavam com apoio de oficiais das Forças Armadas líbias, da Aliança das Forças Nacionais (National Forces Alliance, em inglês), segunda maior força secular do país, entre diversos outros grupos (Africa Confidential 2014b). Ademais, crescia o apoio popular de Haftar e da Operação Dignidade em Trípoli. Inicialmente, com apoio da Irmandade Muçulmana¹⁰ e outras milícias (fundamentalmente da cidade de Misrata), o CNG declarou que as manobras do general Haftar constituíam um golpe de Estado. Posteriormente, em junho, frente à insustentabilidade da situação, chegou-se ao acordo de que al-Thinni seguiria como Primeiro Ministro, mas novas eleições para o Parlamento seriam convocadas (Roberto 2015). Assim, o CNG seria substituído pelo Congresso (HoR, na sigla em inglês), instituição na qual os partidos islâmicos perderiam força em relação à instituição anterior. Segundo Roberto (2015 p.4), “o general que iniciou a Operação Dignidade contra as forças islâmicas consegue as novas eleições, mas ao custo de uma polarização drástica na sociedade, em confronto aberto com as milícias islâmicas”.

O cenário era de embates em Trípoli e Benghazi, as duas principais cidades do país, enquanto em Misrata estava organizada uma outra frente jihadista. A cidade de Misrata, localizada na Tripolitânia, concentra outro grupo de forças significativo de combate ao governo de al-Thinni. Ali estão presentes mais de 200

10 Organização islâmica criada em 1928, no Egito, por Hassan al-Banna, em um momento em que a comunidade muçulmana vivia fase de fragmentação e declínio. A organização se expandiu e hoje atua em mais de 50 países, com o objetivo de integrar a comunidade muçulmana do mundo e implementar regimes de cunho islâmico, em alternativa a regimes seculares.

milícias, sob o nome de União dos Revolucionários de Misrata (Misratan Union of Revolutionaries, em inglês), que concentram cerca de 40 mil homens (BBC 2014). É importante destacar a relação de diversas milícias e a presença na região da Irmandade Muçulmana Líbia.

Nesse contexto, diversos grupos jihadistas começam uma contraofensiva em relação à Operação Dignidade e ao governo de Trípoli. A principal materialização da contraofensiva foi a Fajr Libya, lançada em 13 de junho. A Operação é comandada, fundamentalmente, por grupos jihadistas de Misrata. Sua principal liderança é Salah Badi, ex-integrante do CNG (Africa Confidential 2014d). Também faz parte da operação o grupo conhecido como Escudo Líbio (LSF, na sigla em inglês). O LSF foi criado, em 2012, pela então administração líbia com o objetivo de ser um “guarda-chuva” para milícias que emergiram durante o período de derrubada de Kadafi e integrá-las em uma força nacional (Terrorism Research & Analysis Consortium 2015). Após os eventos descritos acima e com a polarização entre o CNG e o HoR, o LSF virou-se contra o governo de Tobruk, a leste de Benghazi, na Cirenaica, e passou a integrar a Operação Amanhecer.

Com as forças de Haftar operando principalmente em Benghazi em meados de julho de 2014, as forças jihadistas centralizam seus esforços de contra-ataque na capital do país (Africa Confidential 2014c). Em julho, começa a batalha pelo Aeroporto Internacional de Trípoli, o mais importante do país, que viria a ser dominado, no dia 23 de agosto, por milícias integrantes do Fajr Libya, após a derrota das milícias advindas de Zintani, aliadas a Haftar. Danificado, o aeroporto foi colocado fora de serviço. Após a tomada da área, os grupos que lideraram a Fajr Libya anunciaram que iriam reviver o antigo Parlamento – o CNG – em Trípoli. Sob o comando de Omar al-Hasi, que é declarado Primeiro Ministro, em agosto de 2014, é anunciada a existência de um segundo governo na Líbia. Passam a existir, portanto, dois governos no país: a House of Representatives, comandada por al-Thinni e com suporte da Operação Dignidade, de Haftar, e com caráter majoritariamente secular; e o CNG, sob o comando de Omar al-Hasi, com caráter islâmico e militarmente apoiado pela Fajr Libya.

Os três principais campos de petróleo do país – al-Sidra, Ras Lanuf e Brega – viraram cenário de batalhas, nas quais as duas facções disputam o domínio do recurso energético. Janeiro de 2015 vivenciou uma nova e profunda onda de violência. No dia 22, combatentes ligados ao General Haftar assumiram o controle de uma filial do Banco Central Líbio, onde estima-se que há cerca de 100 bilhões de dólares em reservas monetárias e em ouro (ISS Africa 2015). Em termos de reconhecimento, segue a controvérsia e o debate entre legitimidade e poder de facto. Enquanto o governo de Tobruk é internacionalmente reconhecido

por grande parte dos países e por importantes instituições, como a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), em 6 de novembro, a Suprema Corte Líbia, sediada em Trípoli, declarou inconstitucional a eleição da House of Representatives (Africa Confidential 2014a).

Outra questão central para a instabilidade líbia contemporânea é o manejo dos recursos financeiros e petrolíferos. Até dezembro de 2014, o Banco Central Líbio e a Libyan Investment Authority and National Oil Corporation (NOC) estabeleceram uma espécie de independência em relação aos dois governos, com o objetivo de manterem-se em funcionamento (Africa Confidential 2014a). Enquanto o governo de al-Thinni tem o reconhecimento da OPEP e mais capacidade de negociar internacionalmente e, consequentemente, de explorar os recursos petrolíferos do país, a administração de al-Hassi tem controle de alguns pontos de infraestrutura estratégicos para exploração de gás e petróleo, como o principal gasoduto em direção à Itália. Além disso, o Fajr Libya tem atuado no sentido de tentar ocupar e conquistar poços de petróleo, principalmente aqueles mais próximos às bases de Haftar. Exemplo disso foi a ocupação, por parte de milícias de Misrata, dos poços de Bahi e Mabruk, a 300 milhas a leste de Trípoli (Africa Confidential 2015). Por outro lado, outro importante oleoduto do país, na cidade de Zawiya, junto com o terminal e a refinaria da cidade, estão sob posse de milícias de Zintani, além de a facção da HoR ter o controle sobre a Baía de Sirte (Africa Confidential 2015), onde está concentrado cerca de 80% do petróleo líbio (Bandeira 2013).

O Banco Central Líbio (BCL) tem tentado adotar uma política independente das duas administrações do país e, por isso, é uma das poucas instituições que se mantém ativa (Africa Confidential 2015). Entretanto, em 2015, o BCL tem fornecido às milícias quantidades significativas de dinheiro, que são usadas, inclusive para pagar o salário dos combatentes. Afinal, muitos combatentes hoje estão em facções armadas justamente porque as milícias são as únicas atividades econômicas viáveis no país. A situação econômica líbia é grave: estima-se que as reservas do BCL estejam acabando, e o país, apesar da abundância de petróleo, enfrenta crises de escassez de eletricidade, combustível, água e alimentos básicos (Africa Confidential 2015). Outra instituição que segue relativamente independente dos dois governos e em funcionamento é a empresa petrolífera nacional, National Oil Corporation (NOC). Junto com o tráfico humano¹¹ e a “economia das milícias”, a produção e a exportação de petróleo é uma das principais atividades econômicas do país atualmente (The New York

11 Segundo The New York Times (2015), somente em janeiro de 2015 cerca de 3500 imigrantes cruzaram o Mar Mediterrâneo em direção à Europa via Líbia.

Times 2015). Entretanto, a empresa já sinaliza que está perdendo grande parte dos seus técnicos em função das migrações causadas pela guerra, o que compromete seu funcionamento.

Em março de 2014, o Conselho de Segurança das Nações Unidas aprovou, com a Resolução 2144, a United Nations Support Mission in Libya (UNSMIL)¹². Além disso, desde o início da crise, houve diversas tentativas de negociações de paz entre as partes. Apesar das recentes declarações de Bernardino León, representante especial da ONU para a UNSMIL, de que o rascunho do acordo de paz está quase pronto, as negociações de paz não tiveram efeitos significativos até agora. Em março, lideranças das duas facções encontraram-se no Marrocos, sob a égide da ONU, para negociações. Entretanto, enquanto as negociações ocorriam, a violência escalava em Trípoli após o lançamento de ofensiva militar por parte do general Haftar (Aljazeera 2015). Em fins de março, a ONU divulgou um plano com 6 pontos para acabar com a crise líbia. Dentre eles, encontram-se a necessidade de um governo unitário, ou seja, reunindo os diversos grupos do país, de uma constituição e de um governo de transição para, posteriormente, o acontecimento de eleições (World Affairs Journal 2015). Em abril, as negociações foram retomadas na Argélia e, posteriormente, em Genebra. Contudo, em fins de abril, lideranças do Fajr Libya lançaram declarações recusando-se a continuar as negociações. Além disso, após ataques do ISIS [ver seção seguinte], membros do HoR também mostraram-se temerários a participar, o que mostra mais um ponto frágil no processo de negociação.

Somente no ano de 2014, morreram cerca de 3 mil pessoas na Líbia por causa da guerra, enquanto cerca de 400 mil pessoas estão deslocadas de suas casas (United Nations Security Council 2015). Sem o processo de desarmamento após a derrubada de Muammar Kadafi e com um elevado grau de polarização, o país hoje vive o cenário de uma segunda guerra civil. A violência passa por um novo processo de escalada com a chegada de um novo ator no país: o Estado Islâmico.

2.2 A CHEGADA DO ESTADO ISLÂMICO (ISIS) À LÍBIA

O Estado Islâmico é um grupo fundamentalista sunita, que surgiu no Iraque em resposta à ocupação estadunidense no país, iniciada em 2003 (Simionato e Maraschin 2014), sendo visto como uma das principais consequências da Guerra Global ao Terror (Allison 2014). O grupo segue a linha ideológica da doutrina sunita salafista, tendo como objetivo “limpar” o mundo islâmico, ou seja, todo

12 Para mais informações, ver seção seguinte.

a região do Grande Oriente Médio¹³, da ameaça ocidental, instaurando regimes legitimamente islamistas, tendo como fim a dissolução das fronteiras nacionais modernas e a congregação dos povos islâmicos em uma só nação (Cockburn 2015).

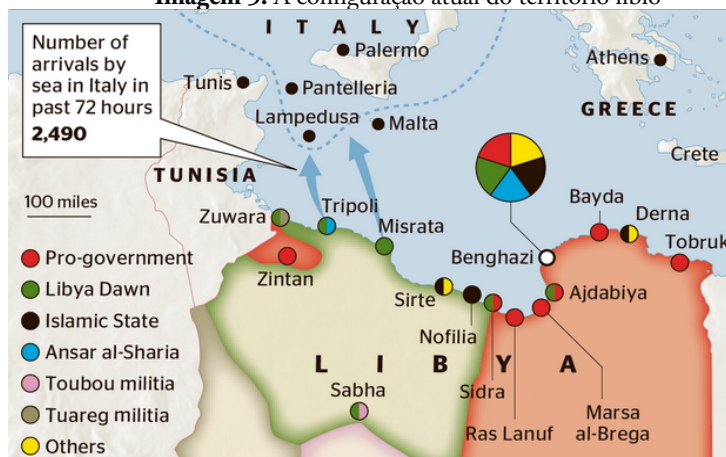
No começo de sua formação, o grupo era diretamente ligado à al Qaeda, sendo, inclusive, conhecido como “al Qaeda no Iraque” (AQI). Ambos os grupos, possuem origem no movimento saudita Wahhabita, “a versão fundamentalista e com características retrógradadas do século XIX do islã” (Cockburn 2015, 5, tradução nossa). Em fevereiro de 2014, no entanto, a organização originária do Estado Islâmico renegou quaisquer conexões que fossem feitas com o grupo iraquiano, repudiando as ações de violência brutal empregadas contra a população de territórios sob controle da al Qaeda (Allison 2014). O ISIS, por sua vez, aproveitando-se de seu momento de fortalecimento enquanto organização e “energizado pela chegada de recrutas estrangeiros” (Allison 2014, 2), conquistou o controle sobre grande parte do território sírio e, mais tarde, estendeu seu domínio dentro do Iraque para as áreas do norte do país, estabelecendo um califado (IHS Jane’s 2014).

Segundo Cockburn (2015), “o ISIS é o filho da guerra” (Cockburn 2015, 8), na medida em que as ações dos EUA e de alguns países europeus, unidos a seus aliados regionais - a saber, Arábia Saudita, Catar, Emirados Árabes Unidos (EAU) e Kuwait -, criaram as condições necessárias para o surgimento do grupo. Essas condições se deram não somente pelas operações travadas no território iraquiano e pela instauração de políticas sectárias por parte do ex-Primeiro-Ministro iraquiano, Nouri al-Maliki, mas também pela desestabilização da Síria e pela extensão do conflito ali por mais tempo que o necessário, mesmo após já ter ficado claro que o regime de Assad não cairia.

Em outubro de 2014, o grupo chegou até a Líbia quando forças radicais islâmicas em Derna, cidade próxima a Tobruk, declaram a instauração de um califado, parte do Estado Islâmico. O mais novo califado, liderado por Abu Bakr al-Baghdadi, representa o primeiro território ligado ao grupo jihadista fora da área do Iraque e da Síria. A atitude foi bem recebida pela liderança do ISIS, que convocou a todos os partidários líbios para que se unissem à iniciativa (Cruickshank, et al, 2014). Na disputa de poder entre os dois parlamentos, o califado líbio rejeita ambas as administrações e tem empreendido ataques contra Tobruk e Trípoli, além das instalações petrolíferas do Golfo de Sidra (Roberto 2015).

13 O Grande Oriente Médio é uma região que compreende os países do Norte da África de origem árabe, os países da porção ocidental da Ásia, o tradicional Oriente Médio, e países islâmicos da Ásia Central, a saber: Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão, Turcomenistão, Uzbequistão e Afeganistão (Visentini 2014).

Imagem 5: A configuração atual do território líbio



Fonte: The Times of London.

No entanto, para entender a chegada do Estado Islâmico à Líbia, é preciso detalhar um pouco melhor o cenário anterior a esse fato. Desde as revoltas de 2011, que culminaram com a morte de Kaddafi e a intervenção da OTAN no país, diversos grupos rebeldes de cunho jihadista surgiram na Líbia (Bandeira 2013). Nesse sentido, um dos principais grupos do levante de 2011 foi o Grupo de Combate Islâmico Líbio (Al-Jama'a al-Islamiyyah al-Muqatilah bi-Libya - GCIL), presente no país desde o início da década de 1990, onde chegaram após a jihad empreendida contra os soviéticos no Afeganistão, sendo um dos braços da al Qaeda que surgiram após o conflito da década de 1980. O grupo já tinha, inclusive, realizado uma tentativa de golpe contra Kaddafi, ainda na década de 1990, logo após sua chegada ao país, encabeçando um levante nas cidades de Benghazi e Darnah. Já aqui, destaca-se o objetivo da organização de restaurar um Califado Islâmico no país, restabelecendo o sistema de leis (Sharia) criado pelo profeta Maomé no Corão, o livro sagrado dos muçumanos (Bandeira 2013).

Além do GCIL, outros tantos grupos radicais salafistas já se encontravam no país, por volta de 2009, vindos através das fronteiras com o Mali e o Egito principalmente, ou libertados das prisões líbias por determinação do governo central, através de um programa de reabilitação de muçumanos radicais. Ao contrário do que Kaddafi pensava, contudo, esses jihadistas soltos não se voltaram contra a al-Qaeda, mas começaram a armar um grande levante para derrubar seu regime. Essas milícias foram, por sua vez, em boa parte, armadas e treinadas

por forças estrangeiras e financiadas pela Arábia Saudita e o Qatar para alcançar um objetivo que não era apenas de seu interesse (Bandeira 2013, 258). Além disso, a própria al Qaeda nutria objetivos particulares com a queda de Kaddafi na Líbia, tendo enviado jihadistas veteranos para o país para lutarem contra as forças do governo, por acreditarem que Kaddafi não seguia os verdadeiros princípios islâmicos, afastando o país da “dignidade da religião”.

Ademais, é ainda importante ter em mente um outro lado da ligação entre a situação atual da Líbia com a crise no Iraque. Documentos produzidos pela inteligência militar estadunidense revelaram que, alguns anos antes de surgirem os levantes na Líbia, por volta de 2007, cerca de 19% dos 600 jihadistas estrangeiros que lutavam no Iraque eram originários de cidades líbias. A Líbia foi, dessa forma, o segundo país que mais contribuiu com insurgentes para o conflito do Iraque, um número significativamente alto em relação ao total da população. Alguns desses jihadistas eram membros do GCIL, tendo, já nessa época, surgido controvérsias acerca de sua unificação com a Al Qaeda ao mesmo tempo em que optavam por fornecer suporte logístico ao braço iraquiano da organização, para que pudessem retornar à Líbia e auxiliar no processo de derrubada do regime de Kaddafi (Bandeira 2013).

A escalada de violência no país é preocupante com a instauração de um califado do Estado Islâmico, na medida em que a situação já se encontra deveras caótica com o conflito entre os governos Tobruk e Trípoli (Africa Confidential 2015). Fontes afirmam que o braço do ISIS em Derna já conta com 800 militantes e opera cerca de 6 campos de treinamento na periferia da cidade, controlando os tribunais e a administração central por completo, inclusive escolas e as transmissões de rádio locais. A cidade é alvo fácil dos grupos extremistas islâmicos desde a era Kaddafi, quando foi marginalizada. Foi berço de boa parte dos jihadistas que foram lutar ao lado da al Qaeda e do ISIS no Iraque na década de 2000 (Cruickshank, et al, 2014).

A vertente líbia do Estado Islâmico já fez suas demonstrações públicas de terror, a exemplo de sua matriz: três ativistas contrários ao grupo terrorista foram mortos decapitados, em Derna, no início de Novembro de 2014. Além disso, o grupo vem-se expandindo para oeste, ao longo da costa mediterrânea, firmando presença em al Bayda, Benghazi - onde já há um grupo islâmico jihadista, o Ansar al Sharia -, Sirte, Al-Khums e, inclusive, Trípoli. Atentados suicidas com bombas tem sido empreendidos em algumas dessas cidades, e sua autoria vem sendo atribuída a essa ramificação do Estado Islâmico na Líbia (Cruickshank, et al, 2014).

2.3 ATORES EXTERNOS NA CRISE LÍBIA

2.3.1 A ATUAÇÃO DE PAÍSES ÁRABES NA CRISE: DUAS PERSPECTIVAS

Com o acirramento das tensões na Líbia e com o surgimento de um Califado, ligado ao grupo Estado Islâmico, países como Egito, Emirados Árabes Unidos (EAU) e Arábia Saudita têm atuado mais ativamente no conflito interno, lançando investidas militares sobre as milícias islâmicas no país, que eles temem estarem ligadas ao grupo Irmandade Muçumana. Para tal, esses países apoiam, de forma geral, o governo localizado em Tobruk. Assim, desde 2014, eles vêm buscando, através de estratégias diplomáticas, políticas e de ataques armados, reverter a situação na Líbia que ameaça sua autoridade dentro da comunidade de Estados árabes. Forças especiais conjuntas do Egito e dos EAU já destruíram uma fortaleza jihadista, localizada próximo à cidade de Derna, local onde havia sido declarado um califado ligado ao grupo terrorista do Iraque e da Síria. As investidas, entretanto, não se mostraram frutíferas e, pelo contrário, têm contribuído para fortalecer as milícias fundamentalistas, tendo em vista o domínio rapidamente adquirido sobre o principal aeroporto do país, situado em Trípoli por parte de grupos radicais enraizados na região (Kirkpatrick, e Schmitt 2014).

Por outro lado, a Turquia vem demonstrando um processo gradativo de afastamento em relação ao grupo dos países muçumanos, principalmente no que diz respeito ao combate a grupos terroristas na região, gerando seu isolamento político¹⁴. Nesse sentido, um episódio determinante para o desenrolar da questão foi o apoio declarado, em maio de 2014, ao então Primeiro Ministro líbio, Ahmed Maiteeq, cujo suporte político era garantido pela Irmandade Muçulmana. Dessa forma, o governo turco vem sendo rechaçado pela comunidade árabe - e também pelo governo líbio de Tobruk - por patrocinar milícias fundamentalistas que estão agindo no país. Esse fato gerou a retirada do corpo diplomático turco de Benghazi, assim como de cidadãos turcos que estavam na Líbia, na medida em que grupos armados ligados ao General Haftar declararam guerra a qualquer organização extremista islâmica, inclusive a Irmandade Muçumana, ameaçando diretamente os turcos por darem suporte a essas milícias (Idiz 2014). Seguindo essa mesma linha, o Catar tem se posicionando de forma semelhante à Turquia, gerando desconfiças por parte dos demais países árabes (Wehrey 2014).

É interessante notar que todos esses países - EAU, Catar, Egito e Turquia - são, além de membros de uma coalizão, liderada pelos EUA para impedir o avanço

14 O afastamento do governo turco em relação ao mundo islâmico teve início com as revoltas da Primavera Árabe, em 2011, devido à sua reação muito ligada aos interesses ocidentais (Pomeroy 2011).

do Estado Islâmico para além do Iraque e da Síria, signatários de um recente acordo que proíbe ações militares externas no conflito na Líbia (Wehrey 2014). Nesse sentido, inclusive, o Egito tem-se mostrado inclinado a apoiar o governo de Haftar, contanto que não haja mais avanços de grupos jihadistas em direção às suas fronteiras a oeste (Africa Confidential 2015). O governo egípcio tem justificado suas ações exatamente pela grande proximidade com o território líbio: milhares de cidadãos egípcios vivem e trabalham na região da fronteira, encontrando-se em situação de significativa vulnerabilidade em relação à escalada de violência no país vizinho (The New York Times 2015).

2.3.2 A VISÃO OCIDENTAL FRENTE À CONJUNTURA LÍBIA

A despeito do envolvimento direto na crise que culminou na morte de Kaddafi, em 2011 (Bandeira 2013), Estados Unidos e Reino Unido têm-se mantido distantes da situação atual, evitando declarar apoio a um dos lados do conflito civil. Muito dessa nova postura está diretamente ligado ao fato de que, em ambos os países, as eleições para chefe de governo se aproximam com o fim dos mandatos de Obama nos EUA, em novembro de 2016, e Cameron no Reino Unido (Africa Confidential 2015) - reeleito no início de maio do mesmo ano. É importante, a partir desse ponto, ter em mente o quão desgastante seria um novo engajamento no mundo árabe, tendo em vista todas as consequências que vieram à tona no Iraque e na Síria com a ascensão do Estado Islâmico. Principalmente para os EUA, é preciso ter muita cautela antes de travar uma nova batalha econômica e militarmente custosa tão próxima às eleições no país, que decidirão o destino do Partido Democrata na Casa Branca.

Desde a instauração do Califado ligado ao Estado Islâmico na Líbia, o governo estadunidense vem intensificando suas operações de vigilância sobre o território líbio, utilizando de seus drones e aviões de vigilância eletrônica - baseados na Itália - com voos constantes (The Guardian 2014). Washington tem, inclusive, se posicionado de maneira contrária aos ataques aéreos empreendidos por forças do Egito e dos Emirados Árabes Unidos às posições do grupo jihadista na Líbia. Os ataques lançados servem, até mesmo, para demonstrar o declínio da influência e do poder dos EUA na região, os quais, desde a queda do regime de Kaddafi, não têm conseguido exercer seu papel de liderança do desenrolar da situação no país (BBC 2014). Por outro lado, o governo estadunidense vem se preocupando também em eliminar quaisquer levantamentos que possam surgir acerca de sua responsabilidade na situação que perpassa a Líbia desde a morte de Kaddafi, em 2011 (Russia Today 2014).

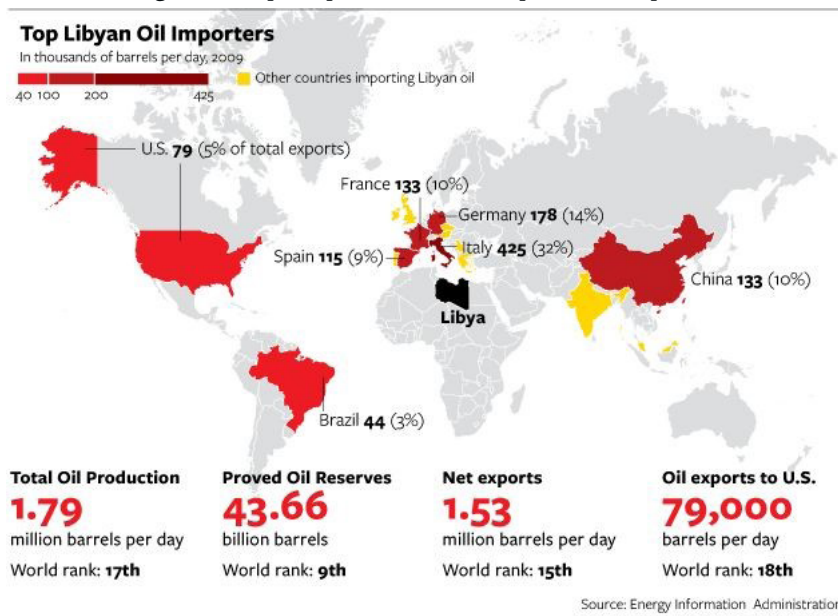
No Reino Unido, as críticas internas apontam para o provável erro em se ter optado pela retirada de forças do território líbio. Para grande parte dos diplomatas ingleses, o país falhou ao abrir mão das intervenções diretas, deixando piorar a situação na Líbia. O novo desdobramento da crise com a chegada massiva de imigrantes fugidos do conflito civil, que se instalou na Líbia desde 2011, tem levantado cada vez mais essa discussão da responsabilidade e do papel que o governo britânico deveria ter assumido (The Guardian 2015). A discussão suscita pontos importantes de debate, na medida em que revela um Reino Unido capaz de assumir sua culpa pelo cenário que está se desenhando na Líbia, diferentemente dos EUA, que se recusam a assumir os créditos negativos pelo caos líbio. Talvez ainda mais interessante, principalmente em termos de autonomia africana em crises, seja observar o exato ponto em que o governo britânico admite falhar, ou seja, não assume-se aqui o erro pela intervenção de 2011, que iniciou a crise e deu origem à conjuntura atual, mas cobra-se uma postura mais ativa, de interposição efetiva para solucionar a situação presente que se desenha na Líbia (United Kingdom 2015).

Por sua vez, França e Itália temem que o avanço do ISIS alcance a Europa pelo Mediterrâneo, da mesma forma como estão fazendo os imigrantes que fogem da Líbia por mar. O governo italiano, inclusive, já manifestou seu pedido por intervenção por parte das forças da OTAN (Vinograd 2015). A migração é um dos pontos mais tradicionais das relações entre África e Europa. Nesse sentido, um encontro, em Bruxelas em Abril de 2015, reuniu líderes da União Africana e da União Europeia para discutir a questão do forte fluxo migratório que tem acontecido desde as revoluções da Primavera Árabe, em 2011. O objetivo da reunião é travar a chegada de imigrantes ilegais, vindos principalmente do Norte da África, na Europa. Devido à grande proximidade, a Itália acaba aparecendo como destino prioritário desses africanos, mais ainda aqueles vindos da Líbia. O Conselho de Paz e Segurança, por seu turno, buscou, em seus encontros, discutir as causas socioeconômicas da imigração para, então, procurar respostas de curto prazo para solucionar o problema. Entre as medidas discutidas estão a cooperação em matéria de fronteiras, gerenciamento dos fluxos migratórios e proteção desses imigrantes dentro e fora do continente africano (ISS Africa 2015).

Aqui é importante destacar a dependência da União Europeia em relação ao petróleo líbio, totalizando cerca de 75% do destino final das exportações do produto em 2011, ano de início dos levantes populares. Desde então, contudo, uma série de problemas têm impedido a exploração, e conseqüentemente a exportação, desse petróleo. Já no ano de 2011, houve uma queda bastante significativa na produção (EIA 2014), devido à tomada de instalações petrolíferas

por rebeldes – apoiados por forças britânicas e francesas (Bandeira 2013). Em 2012, experimentou-se uma pequena recuperação que, ainda assim, não foi capaz de se igualar à produção anterior ao início do conflito civil. Os anos de 2013 e 2014 vão retomar os baixíssimos índices de 2011, tornando a situação deveras preocupante, em especial para os italianos que importam 30% do petróleo líbio (EIA 2014).

Imagem 6: Os principais destinos das exportações de petróleo líbio



Fonte: EIA.

A França, particularmente, tem agido, como de costume, de forma bastante distinta de seus aliados tradicionais, Estados Unidos e Reino Unido, buscando meios para justificar uma intervenção mais direta no conflito (al-Gamaty 2015). A verdade é que em se tratando de questões que envolvam a dinâmica do continente africano, a França sempre se posiciona de maneira distinta, na tentativa de resguardar sua influência na região. Segundo Guma al-Gamaty (2015), líder do Partido Mudança (al-Taghyeer) criado após o fim do regime de Kaddafi, em entrevista para a Aljazeera, afirmou que políticos franceses, à época dos atentados ao Jornal Charlie Hebdo, em Paris, em janeiro de 2015, tentaram vincular o fato a jihadistas líbios como forma de fundamentar uma investida militar no país africano, dividindo a posição ocidental frente à crise.

3 AÇÕES INTERNACIONAIS PRÉVIAS

Apesar de um significativo esforço em ajudar os rebeldes líbios a deporem Kadafi, as forças da OTAN – em proveito da ação deliberada pela Resolução 1973 do CSNU – falharam em prover assistência suficiente para que a Líbia pudesse se recuperar após o fim do conflito (Chivis e Martini 2014; IHS Jane's 2015). Contrastando com os casos anteriores de intervenção da OTAN, pouco tem sido feito no sentido de tentar estabilizar o país. Isso porque, imediatamente após a queda do antigo presidente líbio, observa-se um período de relativa estabilização do conflito, o que apontava para uma aceitação da população quanto à transição para a paz, de modo que os atores internacionais não estavam certos sobre a necessidade de atuação intensa pós-crise. Como o desenrolar dos fatos mostra, a paz não se concretizou e criou-se um grande vazio de segurança, o que foi aproveitado por grupos jihadistas em todo o país (Chivis e Martini 2014).

Atualmente, como já mencionado, milícias armadas exercem um controle de larga escala nas áreas em que estão operando, no Leste do país. Desse modo, a ajuda internacional mantém-se essencial, assim como a necessidade de que o Congresso Geral Nacional consiga afirmar a sua autoridade, o que não parece plausível no presente momento, visto que não possui força nem legitimidade para fazê-lo (IHS Jane's 2015). Poucas iniciativas foram tomadas no sentido de não desestabilizar o país ainda mais, como a remoção das sanções¹⁵ anteriormente impostas, por EUA e União Europeia, aos contratos com as Forças Armadas líbias, para permitir que as autoridades do país pudessem reconstruir o exército que foi destruído durante a Guerra Civil. Além disso, promessas de assistência para treinar o novo exército foram feitas por parte de França, Itália, Turquia, Reino Unido e Estados Unidos, mas muito pouco progresso foi obtido até agora (IHS Jane's 2015).

3.1 A ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

As iniciativas da Organização das Nações Unidas frente ao conflito líbio iniciaram-se através das Resoluções do seu Conselho de Segurança. Primeiramente, foi aprovada a Resolução 1970 (2011) que, junto aos claros interesses políticos, mostrava o rechaço da comunidade internacional às violações aos direitos humanos em território líbio. Logo em seguida, foi aprovada a Resolução 1973 (2011), que estabeleceu uma zona de exclusão aérea sobre o país com objetivo de interromper

¹⁵ Sanções adotadas em fevereiro 2011, estabelecendo o congelamento de bens da família Kadafi no território europeu e um embargo armamentista.

o conflito (Lobato 2012). Buscando ajudar o governo de transição do país no seu esforço pós-conflito, foi aprovada, em 2011, uma nova Resolução, de número 2009, instaurando uma Missão de Apoio para a Líbia (ONU 2011).

Os objetivos dessa nova missão (Missão de Apoio das Nações Unidas na Líbia) podem ser resumidos em quatro pontos principais. Primeiramente, como prioridade imediata, ela visa a (i) assegurar a transição para a democracia, facilitando um diálogo nacional e os processos políticos de eleição e redação de uma nova Constituição para o país. Junto a isso, ela objetiva (ii) promover o Estado de Direito e monitorar e proteger os direitos humanos, ao mesmo tempo em que (iii) promove um controle de armas e materiais “inseguros”¹⁶, para evitar a sua proliferação. Por fim, visa a (iv) criar uma capacidade de governança no país, fornecendo apoio ao governo local e todas as suas instituições, com o objetivo de melhorar a prestação de serviços, a transparência e a coordenação do governo subsequente (ONU 2014).

Percebendo a necessidade de complemento à missão para a Líbia, o Conselho de Segurança das Nações Unidas, em 27 de agosto de 2014, adotou a Resolução 2174, na qual foram exortadas todas as partes a concordar com um cessar-fogo imediato, condenando o uso da violência contra civis e apelando para que os responsáveis fossem responsabilizados. Além disso, impeliu todas as partes a se envolver em um diálogo político a fim de ajudar a restaurar a estabilidade e forjar um consenso em torno dos próximos passos na transição da Líbia. Por fim, buscando aumentar as chances de o governo líbio conseguir lidar com a situação, foi adotada uma nova Resolução, em março de 2015, de número 2214. No novo documento, o órgão convida o Comitê de Sanções instituído nos termos da Resolução 1970 (2011) a considerar pedidos de transferência ou fornecimento de armas para as Forças Armadas líbias, com o objetivo de ajuda-las a combater as forças do Estado Islâmico e seus apoiadores (União Africana 2015).

3.2 LIGA ÁRABE

As relações entre a Líbia de Kadafi e a Liga Árabe¹⁷ vinham em um progressivo afastamento desde a segunda metade da década de 1990. A inércia dos governos quanto à questão árabe-istraelense, a passividade desses mesmos países perante a intervenção estadunidense na região e a falta de atitude perante as

16 Não especificadas no site oficial da missão.

17 Seus membros são: Líbano, Egito, Iraque, Síria, Jordânia, Arábia Saudita, representantes dos árabes palestinos, Sudão, Líbia, Tunísia, Marrocos, Kuwait, Argélia, Iêmen, Bahrein, Qatar, Omã, Emirados Árabes Unidos, Mauritânia, Somália e Djibuti. Em janeiro de 2003 a Eritreia entrou como observador.

sanções internacionais à Líbia em 1992 (Chivis e Martini 2014) fizeram com que o antigo líder líbio se voltasse para a África, a qual ele via como uma área para a projeção de poder líbio e para a implementação de novos projetos econômicos e políticos no âmbito regional (Vandewalle 2006). De acordo com Kaddafi, nenhum grande líder do mundo árabe interveio tão decididamente para defender e tirar a Líbia do isolamento diplomático quanto Nelson Mandela e outros líderes africanos (Campbell 2013).

Além disso, alguns países da Liga Árabe que também faziam parte do Conselho de Cooperação do Golfo¹⁸, principalmente os aliados tradicionais do Ocidente, como Catar e Estados Árabes Unidos (EAU), possuíam algumas divergências em relação aos valores ideológicos e políticos de Kaddafi, a exemplo da diferença de posições quanto às relações com o Ocidente. Em março de 2011, essa organização denunciava o regime líbio como ilegítimo e pedia para que a Liga Árabe tomasse alguma atitude para pôr fim ao conflito. Partiu do Catar a iniciativa de aprovar, a nível da Liga Árabe, a solicitação por uma zona de exclusão aérea às Nações Unidas para proteger os civis líbios (Campbell 2013).

Com a extrapolação da Resolução 1973, a organização passou a condenar os ataques feitos pela OTAN ainda no ano de 2011. Amr Moussa, diplomata egípcio, então líder da Liga, se posicionou claramente contrário às ações da OTAN, que estavam sendo responsáveis pela morte de civis, incluindo crianças (Traynor 2011). Contudo, Catar e Emirados Árabes Unidos¹⁹ juntaram-se aos países ocidentais e passaram a fornecer apoio político e militar considerável para os rebeldes (Beckford 2011). Atualmente, com o acirramento das tensões e a grande duração da guerra civil no país, a Liga tem buscado pôr fim o mais rápido possível ao conflito. A instituição salienta a necessidade de dar suporte ao governo líbio legítimo para isolar e conter os terroristas, além de chamar a comunidade internacional para fazer o que for necessário para levar o processo de paz adiante (Panapress 2014). Ademais, o surgimento de um califado ligado ao Estado Islâmico fez com que países árabes como o Egito, os Emirados Árabes Unidos e a Arábia Saudita passassem a atuar mais intensa e diretamente no conflito, buscando reverter à situação líbia (Kirkpatrick, Schmitt 2014).

Além dessas ações, e somando-se a crescente participação da Liga Árabe nas reuniões sediadas nos vizinhos da Líbia, estão sendo tomadas uma série de outras medidas por parte da organização para ajudar na rápida resolução da crise líbia.

18 Organização de integração econômica, criada em 1981, que reúne seis estados do Golfo Pérsico: Omã, Emirados Árabes Unidos, Arábia Saudita, Qatar, Bahrein e Kuwait.

19 Ambos os países são membros da Iniciativa de Cooperação de Istambul, um fórum de diálogo, criado pela OTAN em 2004, para aproximá-la de alguns aliados do Oriente Médio. Além dos EAU e do Catar, estão presentes também o Bahrein e o Kuwait.

A situação é regularmente discutida durante as reuniões de seus órgãos políticos além de ter sido mandado ao país um enviado especial, Nasser Al Qudwa, que tem feito amplas consultas com as partes interessadas da Líbia, buscando instaurar um diálogo para que seja possível o fim do conflito (União Africana 2015).

3.3 A UNIÃO AFRICANA

As relações entre a União Africana (UA) e a Líbia foram, desde a sua criação, muito fortes. Além de a instituição ter sido criada com incentivo e ajuda de Kadafi em 2002, o país líbio era um dos cinco países que a ancoravam, junto com Argélia, Egito, Nigéria e África do Sul, de onde vinha 75% do seu orçamento (Campbell 2013). O entusiasmo do antigo líder líbio com a possibilidade da união do continente africano era notório e levou a África a tentar buscar um lugar mais seu e uma voz mais ativa no cenário internacional (Lundin 2012).

Desde o início do conflito, a UA optou por buscar uma solução africana, como defende um dos princípios que rege a organização, e também política para o conflito líbio, tentando lançar as bases para negociações entre as partes (Campbell 2013). De acordo com o Presidente da instituição à época, o gabonês Jean Ping, qualquer solução para o problema deveria basear-se nas aspirações legítimas do povo líbio pela democracia, boa governança e respeito aos direitos humanos (Ping 2011). O objetivo primordial era evitar a guerra, buscando criar instituições transnacionais inclusivas que governariam o país até as próximas eleições – o que implicava a abdicação de Kadafi (Ping 2011).

Agindo nesse sentido, o Conselho de Paz e Segurança da União Africana desenvolveu um roteiro para resolver a crise líbia, que girava em torno da cessação das hostilidades, da cooperação entre as partes na questão humanitária, da proteção dos civis estrangeiros (sobretudo africanos) e da criação de um governo de transição consensual e inclusivo. Além disso, para que fosse acompanhada a aplicação desse roteiro, foi criado um Comitê ad hoc de Alto Nível (Ping 2011). Vale ressaltar que a União Africana não apoiou a medida estabelecida pela Resolução 1973 da ONU e teve seu projeto atrapalhado ao ter que adiar o embarque da sua equipe para negociações devido à zona de exclusão aérea (Lundin 2012). Quanto à aprovação da resolução por parte de Nigéria e África do Sul, Lundin (2012) afirma que:

“Tudo indica que tanto a África do Sul como a Nigéria acharam ser essa uma oportunidade para mostrarem-se como países “confiáveis” aos olhos dos membros permanentes do Conselho de Segurança, uma vez que pleiteiam um lugar permanente, como representante da África nesse Conselho, o que aconteceria supostamente como resultado de uma reforma da ONU” (Lundin 2012, 204).

Contudo, os esforços dos países africanos não surtiram efeito ao encontrar forte resistência das potências ocidentais em estabelecer negociações de paz: a OTAN não estava interessada em negociar. Os principais meios de comunicação da organização e do Catar passaram a desconsiderar a opinião da União Africana, defendendo que, por ser de criação do líder líbio, esta não poderia estar neutra no conflito, ignorando os seus esforços diplomáticos (Campbell 2013).

Por esse motivo, a União Africana tem tomado uma série de medidas recentemente, unindo esforços não só com as Nações Unidas, mas também com a Liga Árabe e, principalmente, com os países vizinhos à Líbia. Uma das medidas tomadas foi a escolha de um Enviado Especial da União Africana para a Líbia, o qual faria consultas com as partes nacionais interessadas no conflito, buscando estabelecer algum diálogo, e, a partir disso, apresentar um relatório abrangente sobre a situação, incluindo recomendações concretas sobre as formas e meios para aumentar o apoio da UA à estabilização do país e à rápida conclusão da transição em curso. Somado a isso, no relatório de maio de 2014, foi oficializada a criação de comitês regionais para tratar de questões políticas e de segurança líbias, coordenados por Egito e Argélia, respectivamente (União Africana 2014). Ambos os países têm um papel essencial na região e temem que os radicais líbios, incluindo os filiados ao grupo Estado Islâmico, passem a ameaçar e atacar os países vizinhos, como já ocorreu com a execução de vinte egípcios no Norte da Líbia em fevereiro de 2015 (Folha de São Paulo 2015). Por fim, buscando apoiar os esforços dos vizinhos líbios em estabilizar a região, foi operacionalizado um Grupo Internacional de Contato para a Líbia (ICG-L), em estreita cooperação com as Nações Unidas, para garantir um envolvimento internacional coordenado perante a situação do país (União Africana 2015).

4 POSICIONAMENTO DOS PAÍSES

Apesar das constantes declarações contrárias à possibilidade de estabelecimento de uma nova intervenção militar ocidental na Líbia por parte da União Africana, o **Chade** tem se posicionado favoravelmente a uma nova operação militar desde a nova escalada da crise no país (Cachalia 2014). O país tem uma política externa ligada à política de Guerra ao Terror dos Estados Unidos, sendo um membro do TSCTP, além de ser um dos mais importantes aliados franceses na região. Exemplo disso é a existência da base francesa no país, além de N'Djamena ser um dos pilares da Operação Barkhane²⁰, cristalização da política francesa na

20 Para mais informações, ver tópico A.

região (Tisseron 2015). Além disso, o Chade tem um forte interesse na situação na Líbia em função do efeito de transbordamento da instabilidade que a crise líbia pode ter. Ademais, as relações do Chade com a Líbia são marcadas por um histórico de turbulência em função da existência da disputa territorial pela Faixa de Aouzou, além do histórico de intervenção da política externa líbia no Chade sob a administração de Muammar Kadafi (Roberto 2015).

Em uma linha similar, o **Níger** também tem defendido uma nova intervenção militar ocidental para resolver a crise líbia. O país é um dos principais aliados dos Estados Unidos na Guerra ao Terror e um dos principais aliados franceses, principalmente para a articulação da Operação Barkhane (Tisseron 2015). Dentro desta operação, cabe apontar a importância da base militar Manama, cedida à França, localizada no Norte do Níger, próxima à fronteira com a Líbia, de onde é possível que Paris monitore a situação no deserto do sul do país.

Diferentemente, a **Argélia** tem advogado uma solução política e negociada entre os dois governos líbios. O Estado argelino é um dos grandes pesos diplomáticos da região para a resolução do conflito. A estratégia argelina na crise líbia tem sido posicionar-se contrariamente a uma nova intervenção ocidental e tentar trazer uma nova legitimidade ao Estado líbio, contando, até agora, com uma neutralidade entre os dois governos (Bousquet 2015). Para tanto, o país tem sediado em Argel as tratativas de paz a fim de formar um governo de união nacional. Ademais, a Argélia tem negociado com setores islâmicos não-radicais e tem usado seu serviço de inteligência para obter informações e conter o avanço do Estado Islâmico na região (Bousquet 2015).

Apesar da tradição da política externa da **Nigéria** ser o alinhamento com Estados africanos, em 2011 o país posicionou-se favoravelmente à resolução 1973 do Conselho de Segurança das Nações Unidas que previu a zona de exclusão aérea sobre a Líbia e, posteriormente, reconheceu os rebeldes líbios enquanto porta-vozes legítimos, em detrimento do governo de Muammar Kadafi. Hoje o país tem um grande interesse em resolver a crise líbia para evitar um maior transbordamento da instabilidade em direção à região do Saara/Sahel e para evitar um aumento na influência do ISIS no país – grupo ao qual o Boko Haram declarou alinhamento. Em 2015, Muhhamadu Buhari foi eleito presidente da Nigéria, e aposta-se em uma mudança significativa na política externa do país.

Recentemente, Yoweri Museveni, atual presidente de **Uganda**, lançou uma série de declarações criticando a atuação dos países ocidentais na Líbia desde 2011. Segundo o presidente, o maior erro na administração da crise líbia foi o Conselho de Segurança das Nações Unidas ter ignorado as vozes africanas no debate (The Insider Uganda 2015). Ademais, Musevini reiterou a necessidade de a crise na

Líbia ser resolvida regionalmente e recomendou a criação de uma African Capacity for Immediate Response to Crisis (ACIRC), uma iniciativa africana que proveria uma intervenção militar rápida como resposta para evitar uma maior instabilidade (The Insider Uganda 2015).

A **Etiópia** tem vivenciado um período de boom econômico, chegando a alcançar uma média de 10% de crescimento do PIB na última década. O país é uma das vozes mais relevantes para o debate acerca da resolução de conflitos africanos. Além disso, o país tem especial interesse na resolução da crise na Líbia após a decapitação de 30 cristãos etíopes em território líbio por parte da ISIS e com a possibilidade de o grupo terrorista al-Shabab se fortificar com a instabilidade na região. Por fim, cabe destacar que a Etiópia tem um histórico de conflitos com a Irmandade Muçulmana (Østebø e Shemsedin 2015).

O governo da **Líbia** sediado em Tobruk é aquele que conta com um maior reconhecimento internacional, inclusive dentro da União Africana. O governo, coordenado por Abdullah al-Thani, identifica-se como secular e afirma que hoje luta para reunificar o país e combater o terrorismo – o qual estaria presente tanto nas regiões ao norte e ao sul do país. Ou seja, a administração de al-Thani hoje busca combater tanto os setores islâmicos ligados à Irmandade Muçulmana quanto ao ISIS. O governo rechaça veementemente qualquer intervenção extrarregional.

Durante a crise de 2011, a **África do Sul** votou juntamente com as potências ocidentais, aprovando a Resolução 1973 que permitia a criação de uma zona de exclusão aérea sobre a Líbia. No entanto, mudou sua postura quando os ataques comandados pela OTAN iniciaram, violando os acordos efetuados anteriormente. A África do Sul volta-se, então, para a União Africana, defendendo o princípio de soluções africanas para problemas africanos, repelindo as ações empreendidas contra o governo de Kaddafi (Habib 2013).

A **Tanzânia** vem sofrendo com o aumento de ataques encabeçados por grupos islâmicos dentro de seu território contra alvos cristãos. O que preocupa o governo local é a possibilidade de rápida escalada dessas ondas de violência, seguindo o exemplo do vizinho **Quênia** (LeSage 2014). Além disso, a Tanzânia não tem um posicionamento forte contrário a ações de potências extrarregionais ou de empresas militares privadas no continente africano para resoluções de crises e conflitos armados. Acredita, assim, na necessidade das missões de paz da ONU e da União Africana como ferramenta essencial para a promoção de estabilidade no continente, tendo contribuído, inclusive, com tropas em diversas situações, como na operação das Nações Unidas em Darfur e no Líbano e da União Africana na Somália (Kiishweko 2015).

O presidente de **Guiné Equatorial** já deixou claro seu temor pela ascensão

de grupos terroristas no continente africano. A proximidade com a Nigéria tem trazido preocupação para o governo local acerca da expansão do grupo Boko Haram (Jean-Matthew 2015). Por seu turno, o **Burundi** tem demonstrado uma postura de combate ao terrorismo aliada aos interesses ocidentais no continente africano, contando, para isso, com uma célula especializada composta por elementos da polícia, militares e do serviço de inteligência local. Cabe também destacar a relação direta, estabelecida pelo governo do Burundi, entre grupos terroristas e grupos mulçumanos, por acreditar que esses últimos representam uma ameaça potencial à segurança do continente (US Department of State 2013).

No âmbito da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), a **Namíbia** é um dos principais Estados da região Sul a investir em medidas de combate ao terrorismo (Pisani 2012). No entanto, o país vem se posicionando fortemente contra intervenções extrarregionais no continente africano, ainda mais quando há desrespeito às resoluções definidas na esfera da União Africana. Em 2011, a organização defendeu, em decisão do Conselho de Paz e Segurança, prezar pela integridade do território líbio, proibindo ações externas que pudessem interferir no desenrolar da crise entre governo e população. Nesse sentido, a Namíbia condenou a Resolução 1973 das Nações Unidas, entendendo-a como afronta ao diálogo firmado entre os países do continente (Ministry of Foreign Affairs 2011). Da mesma forma, o governo de **Moçambique** tem se posicionado de forma fortemente contrária à presença de potências estrangeiras no continente africano, principalmente na resolução de conflitos locais.

A **Guiné**, uma ex-colônia francesa independente em 1958, também sofreu recentemente com mudanças políticas importantes, quando uma junta militar assumiu o poder após a morte do presidente Lansana Conté, no cargo desde 1984. A população, entretanto, rejeitou o governo militar, indo às ruas para manifestações pacíficas que foram violentamente reprimidas, provocando o isolamento internacional do país, de forma semelhante ao que aconteceria na Líbia, em 2011. Após as eleições de 2010, que contaram com o acompanhamento de organismos internacionais para monitorar sua transparência, o cenário político tem-se mantido estável no país. Além disso, a Guiné mantém laços muito próximos com os EUA, que intervêm constantemente em assuntos guineenses, sob pretexto de evitar novos focos de instabilidade, não apresentando, assim, uma postura contrária à presença de forças estrangeiras para a solução de problemas locais (Arieff 2012).

A **Gâmbia** tem sido um aliado norteamericano em sua doutrina de combate ao terrorismo, tendo o governo já declarado seu repúdio ao extremismo religioso em todas as esferas (Embassy of United States in Banjul 2015). Em janeiro deste

ano, no entanto, o palácio do Presidente, Yahya Jammeh, sofreu um ataque terrorista que o governo entendeu como uma ação executada por um grupo a mando de potências estrangeiras, citando EUA, Alemanha e Reino Unido como potenciais culpados (Aljazeera 2015). Além disso, é importante ressaltar que, tradicionalmente, o país manteve fortes laços diplomáticos com o governo de Kadafi, tendo havido diversas visitas entre os chefes de Estado (Jawneh 2009). Contudo, com a crise de 2011, o presidente gambiano fez um apelo, surpreendendo toda a comunidade internacional, defendendo a renúncia de Kadafi ao poder na Líbia (Mahjar-Barducci 2011).

5 QUESTÕES PARA DISCUSSÃO

1. Quais são os principais impactos que a crise na Líbia pode gerar para o processo de construção da União Africana como uma organização regional realmente forte e capaz de solucionar as crises no continente?

2. Como o Conselho de Paz e Segurança da União Africana tem atuado na resolução dessa crise e como ela enxerga a atuação das potências extrarregionais na Líbia?

3. A chegada do Estado Islâmico à Líbia pode representar uma escalada de violência pela região do Norte da África? Como a União Africana tem encarado essa possibilidade?

4. Como as potências regionais têm se posicionado no conflito? Existe apoio declarado a alguma das partes?

5. As últimas chances de diálogo abertas entre as partes conflitantes podem demonstrar um caminho para a solução da crise no país? Como as potências ocidentais têm encarado essas possibilidades de diálogo? Há apoio da União Africana e do Conselho de Paz e Segurança da União Africana?

REFERÊNCIAS

Africa Confidential. “A Tale of Two Cities.” *Africa Confidential*. 05 de Dezembro de 2014a. http://www.africa-confidential.com/article/id/5862/A_tale_of_two_cities (acesso em 7 de Maio de 2015).

_____. “Enter the General.” *Africa Confidential*. 22 de Maio de 2014b. <http://www.africa-confidential.com/index.aspx?pageid=7&articleid=5633> (acesso em 19 de abril de 2015).

2015).

_____. “Islamists strike back: Unable to take on General Haftar’s forces in Benghazi, jihadist militias strike at his allies in Tripoli.” *Africa Confidential*. 23 de 07 de 2014c. <http://www.africa-confidential.com/index.aspx?pageid=7&articleid=5709> (acesso em 01 de 05 de 2015).

_____. “Libya: More War, More Talks.” *Africa Confidential*. 6 de Março de 2015. http://www.africa-confidential.com/article/id/6028/More_war,_more_talks (acesso em 9 de Maio de 2015).

_____. “Parliaments at Sea.” *Africa Confidential*. 29 de agosto de 2014d. http://www.africa-confidential.com/article/id/5752/Parliaments_at_sea (acesso em 04 de Maio de 2015).

al-Gamaty, Guma : Janeiro 2015. “Q&A: Libya crisis explained.” *Al Jazeera*. Janeiro de 20145. <http://www.aljazeera.com/news/middleeast/2015/01/qa-libya-crisis-explained-20151228920570334.html> (acesso em Maio de 2015).

AlJazeera. “Libya peace talks appear on verge of collapse.” *Al Jazeera*. 22 de Março de 2015. <http://www.aljazeera.com/news/2015/03/libya-peace-talks-verge-collapse-150321231034000.html> (acesso em 9 de Maio de 2015).

Aljazeera.”Terrorists’ blamed for Gambia coup bid”. *Al Jazeera*. 2015. Disponível em <<http://www.aljazeera.com/news/africa/2015/01/blamed-gambia-coup-bid-20151115424652543.html>>. (acesso em 28 Jun 2015).

Al-Kaddafi, Muammar. *O Livro Verde*. eBook: Montecristo Editora, 2012.

Alisson, Simon. The Islamic State: Why Africa should be worried. *Institute for Security Studies - ISS Africa*. Setembro de 2014. <http://www.issafrica.org/publications/policy-brief/the-islamic-state-why-africa-should-be-worried>. (acesso em 9 de Maio de 2015).

Arief, Alexis. “Guinea: Background and Relations with the United States.” *Congressional Research Service*. 29 de Março de 2012.

Armanios, Febe. “The Islamic Tradition of Wahhabism and Salafiyya.” 2003. *CRS Report for Congress*. <http://www.fas.org/sgp/crs/misc/RS21695.pdf> (accessed May 10, 2015).

Bandeira, Luis Alberto Moniz. *A Segunda Guerra Fria: geopolítica e dimensão estratégica dos EUA - das rebeliões na Eurásia à África do Norte e Oriente Médio*. Rio de Janeiro: José Olympio Ltda, 2013.

BBC. “Guide to key Libyan militias.” *BBC News*. 20 de Maio de 2014. <http://www.bbc.com/news/world-middle-east-19744533> (acesso em 7 de Maio de 2015).

_____. Libya Profile - Timeline. *BBC News*. 16 de Fevereiro de 2015. <http://www.bbc.com/news/world-africa-13755445> (acesso em 01 de Maio de 2015).

Beckford, Martin. "Libya attacks criticised by Arab League, China, Russia and India." *The Telegraph*, 21 de Março de 2011.

Boahen, Albert Adu. *História Geral da África vol. VII: África sob dominação colonial, 1880-1935*. Brasília: UNESCO, 2010.

Bousquet, Marie. "Les dessous du jeu algérien." *Le Magazine de l'Afrique*, 2015: 33-35.

Cachalia, Raeesah Cassim. "Is military intervention in Libya the answer?" *Institute for Security Studies - ISS Africa*, 29 de Outubro de 2004.

Chaliand, Gerard; Blin, Arnaud. *The History of Terrorism: from antiquity to Al Qaeda*. http://wikileaks.org/gifiles/attach/177/177597_History%20of%20Ter.pdf (accessed May 25, 2014).

Chivvis, Christopher S., e Jeffrey Martini. *Libya after Qaddafi: lessons and implications for the future*. Washington: RAND Corporation, 2014.

Cockburn, Patrick. *The rise of Islamic State: ISIS and the new Sunni revolution*. NY e Londres: Verso 2015.

Congressional Research Service. 29 de Março de 2012.

Conselho de Paz e Segurança da União Africana. *Press Statement*. União Africana, Agosto de 2014.

_____. *Report of the chairperson of the commission on the situation in Libya*. União Africana, Setembro de 2014.

_____. *Report of the chairperson of the commission on the situation in Libya*. União Africana, Abril de 2015.

_____. *Press Statement*. União Africana, abril de 2015.

Cruikshank, Paul; Robertson, Nic; Lister, Tim; Karadsheh, Jomana. ISIS comes to Libya. *CNN*. Novembro de 2014. <http://edition.cnn.com/2014/11/18/world/isis-libya/>. (acesso em 5 de Maio de 2015).

EIA (U.S. Energy Information Administration). "Libya." *EIA*. 24 de Novembro de 2014. <http://www.eia.gov/countries/cab.cfm?fips=ly> (acesso em 6 de Maio de 2015).

Embassy of United States in Banjul. "Welcome Message". *United States Government*. Disponível em <<http://banjul.usembassy.gov/about-us.html>> (acesso em 28 Jun 2015).

Idiz, Semih. "Hifter accuses Turkey of supporting terror in Libya." *Al-monitor*. Agosto de 2014. <http://www.al-monitor.com/pulse/ru/originals/2014/06/idiz-haftar--accuses-turkey-terrorism-libya-qatar-erdogan.html#> (acesso em 6 de Maio de 2015).

Fachal, Sonia Garcia. *Libia: situación de los simpatizantes de Gadafi. Falta de protección de la Población Civil*. Madrid: Comision Española de Ayuda al Refugiado, 2013.

Folha de São Paulo. *Estado Islâmico divulga vídeo de decapitação de 21 cristãos egípcios*. São Paulo: UOL, 15 de Fevereiro de 2015. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/>

mundo/2015/02/1590376-estado-islamico-divulga-video-de-decapitacao-de-21-cristao-egipcios.shtml> (acesso em 14 Jun 2015).

González, Francisco J. Ruíz. *Reflexiones sobre la situación en Libia y la actuación internacional*. Madrid: Fundación Ciudadanía y Valores, 2011.

Habib, Adam. “South Africa’s suspended revolution: hopes and prospects”. *Wits University Press*. South Africa: 2013.

IHS Jane’s. “Libya.” *World Armies, IHS*, 10 de Março de 2015.

Irshaid, Faisal. “Profile: Libya’s Ansar al-Sharia.” *BBC News*. 13 de Junho de 2014. <http://www.bbc.com/news/world-africa-27732589> (acesso em 19 de Abril de 2015).

ISS Africa. “Escalating crisis in Libya despite peace talks.” *Institute for Security Studies - ISS Africa: Peace and Security Council Report*. 2 de Fevereiro de 2015. <http://www.issafrica.org/pscreport/situation-analysis/escalating-crisis-in-libya-despite-peace-talks> (acesso em 9 de Maio de 2015).

ISS Africa. “On the Agenda: what to expect at the Johannesburg summit”. *Institute for Security Studies - ISS Africa: Peace and Security Council Report*. Junho de 2015. Disponível em < http://www.operationspaix.net/DATA/RAPPORTCPS/49_en-v-Rapport_sur_le_CPS_-_No__70.pdf > (acesso em 18 Jul 2015).

Jawneh, Nfamara. “Gambia-Libyan Relations Deepen”. *The Point*. Disponível em <<http://thepoint.gm/africa/gambia/article/gambia-libyan-relations-deepen-1>> (acesso em 28 Jun 2015).

Jean-Matthew, Tamba. “Equatorial Guinea on high alert over Boko Haram ‘threat’.” *Africa Review*. 20 de Março de 2015. Disponível em <<http://www.africareview.com/News/Equatorial-Guinea-on-alert-over-Boko-Haram-threat/-/979180/2660674/-/7u4s3iz/-/index.html>> (acesso em 02 de Junho de 2015).

Kiishweko, Orton. “Tanzania: TPDF Salutes Soldiers On Peacekeeping Missions”. *All Africa*. 29 de Maio de 2015. Disponível em <<http://allafrica.com/stories/201505290397.html>> (Acesso em 28 Jun 2015).

Kirkpatrick, David D., e Eric Schmitt. “Arab Nations strike in Libya, surprising US.” *The New York Times*. Agosto de 2014. http://www.nytimes.com/2014/08/26/world/africa/egypt-and-united-arab-emirates-said-to-have-secretly-carried-out-libya-airstrikes.html?_r=0 (acesso em 5 de Maio de 2015).

Laessing, Ulf, e Feras Bosalum. “Libyan parliament sacks PM after tanker escapes rebel-held port.” *Reuters*. 11 de Março de 2014. <http://www.reuters.com/article/2014/03/11/us-libya-oil-idUSBREA2A0R820140311> (acesso em 20 de Abril de 2015).

LeSage, Andre. “The Rising Terrorist Threat in Tanzania: Domestic Islamist Militancy and Regional Threats.” *Strategic Forum*. Washington DC: National Defense University,

Setembro de 2014.

Lobato, Montse Pintado. *El Consejo de Seguridad de la ONU*. Universidad del País Vasco, 2012.

Lundin, Iraê Baptista. “A intervenção militar na Líbia.” *World Tensions*. 2012.

Mahjar-Barducci, Anna. “African Mercenaries in Libya - Part III”. *Gatestone Institute*. Disponível em <<http://www.gatestoneinstitute.org/2025/african-mercenaries-in-libya-3>> (acesso em 28 Jun 2015).

Mazrui, Ali A. *História Geral da África vol. VIII: África desde 1935*. Brasília: UNESCO, 2010.

Ministry of Foreign Affairs. “Namibia calls for the respect of the AU decision on Libya”. *Namibia High Commission London*. Disponível em <http://www.namibiahc.org.uk/Namibia_calls_for_the_respect.php> (Acesso em 28 Jun 2015).

ONU. “Resolução 2009.” *Conselho de Segurança das Nações Unidas*, Setembro de 2011.

_____. “Resolução 2144.” *Conselho de Segurança das Nações Unidas*, 14 de Março de 2014.

Østebø, Terje, e Wallelign Shemsedin. “The Intellectualist movement in Ethiopia, the Muslim Brotherhood and the issue of moderation.” *NOREF: Norwegian Peacebuilding Resource Centre*, 2015.

Panapress. “Libya: Arab League appeals for speedy resolution of Libyan crisis.” 23 de Outubro de 2014. Disponível em <<http://www.panapress.com/Libya--Arab-League-appeals-for-speedy-resolution-of-Libyan-crisis--12-630407612-40-lang2-index.html>> (acesso em 14 Jun 2015).

Pisani, André du. “Crafting policy for the Namibian security system.” *Security Cooperation in Southern Africa*. Maputo: Friedrich Ebert Stiftung, 2012. 73-82.

Pomeroy, Robin. “Irã diz que Turquia enfrentará problemas se não mudar de direção”. *O Estadão*. Outubro de 2011. Disponível em <<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,ira-diz-que-turquia-enfrentara-problemas-se-nao-mudar-de-direcao,782892/>> (acesso em 13 Jul 2015).

Roberto, Willian Moraes. “Conjuntura Africana: A Guerra pela Líbia na era pós-Kadafi: os confrontos internos de um país fragmentado.” *Núcleo de Estratégia e Relações Internacionais (NERINT)*. 18 de Abril de 2015. (acesso em 21 de Abril de 2015).

_____; Melos, Ana Carolina. *The Situation Regarding Non-State Military Actors in the Middle East. UFRGSMUN: Question old structures, forge the future*. Porto Alegre: UFRGSMUN, 2014.

Russia Today. “Kerry: US ‘not responsible’ for crisis in Iraq, Libya.” *Russia Today*. 22 de Junho de 2014. <http://rt.com/usa/167708-us-kerry-iraq-libya/> (acesso em 2 de Maio de 2015).

Simionato, Guilherme Henrique; Maraschin, Natália Regina Colvero. *The Situation in Iraq. UFRGSMUN: Question old structures, forge the future*. Porto Alegre: UFRGSMUN, 2014.

Simons, Geoff, e foreword by Tony Benn. *Libya and the West : from independence to Lockerbie*. Oxford: Taylor & Francis, Ltd., 2003.

Terrorism Research & Analysis Consortium. “Libyan Shield Force (LSF).” *Terrorism Research & Analysis Consortium*. 2015. <http://www.trackingterrorism.org/group/libyan-shield-force-lsf> (acesso em 8 de Maio de 2015).

The Guardian. “Cameron ‘bears some responsibility’ for crisis in Libya, says Miliband.” *The Guardian*. Abril de 2015. <http://www.theguardian.com/uk-news/2015/apr/24/cameron-bears-some-responsibility-for-crisis-in-libya-says-miliband> (acesso em 6 de Maio de 2015).

_____. “US expresses fears as Isis takes control of northern Libyan town.” *The Guardian*. 22 de Dezembro de 2014. <http://www.theguardian.com/world/2014/dec/06/us-fears-isis-northern-libya-derna> (acesso em 3 de Maio de 2015).

The Insider Uganda. “Museveni: UN messed up Libya, Rwanda crisis.” *The Insider Uganda*. 4 de Maio de 2015. <http://www.theinsider.ug/museveni-un-messed-up-libya-rwanda-crises/> (acesso em 23 de Junho de 2015).

The New York Times. “What Libya’s Unraveling Means.” *The New York Times*. 14 de Fevereiro de 2015. <http://www.nytimes.com/2015/02/15/opinion/sunday/what-libyas-unraveling-means.html> (acesso em 9 de Maio de 2015).

_____. “Egypt’s Crisis Across the Border With Libya.” *The New York Times*. 9 de Fevereiro de 2015. http://www.nytimes.com/2015/02/20/opinion/egypts-crisis-across-the-border-with-libya.html?_r=0 (acesso em 7 de Maio de 2015).

Tisseron, Antonin. “Opération Barkhane dans le Sahara.” *Le Magazine de l’Afrique*, 2015: 10-13.

Traynor, Ian. “Arab League chief admits second thoughts about Libya air strikes”. *The Guardian*. 21 de Junho de 2011. Disponível em < <http://www.theguardian.com/world/2011/jun/21/arab-league-chief-libya-air-strikes> > (último acesso em 18 Jul 2015).

United Kingdom. “Policy paper -2010 to 2015 government policy: peace and stability in the Middle East and North Africa.” 2015.

United Nations Security Council. “Final report of the Panel of Experts established pursuant to resolution 1773 (2011).” 23 de Fevereiro de 2015. http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/2015/128 (acesso em 8 de Maio de 2015).

U.S. Department of State. “Country Reports on Terrorism 2013: Chapter 2. Africa Overview.” *U.S. Department of State*. 2013. <http://www.state.gov/j/ct/rls/crt/2013/224820>.

htm (acesso em 1 de Junho de 2015).

Vandewalle, Dirk. *A History of Modern Libya*. Cambridge: University Press, 2006.

Vanderwalle, Dirk. "Saving Libya, Again." *The New York Times*, 11 de Novembro de 2014. Disponível em <http://www.nytimes.com/2014/11/12/opinion/saving-libya-again.html?_r=1> (acesso em 14 Jun 2015).

Vinograd, Cassandra. "Libya Faces ISIS Crisis: Italy Wants NATO Intervention." *NBC News*. Maio de 2015. <http://www.nbcnews.com/storyline/isis-terror/libya-faces-isis-crisis-italy-wants-nato-intervention-n306896>.

Visentini, Paulo Gilberto Fagundes. *O Grande Oriente Médio: da descolonização à Primavera Árabe*. 1. ed. Rio de Janeiro: Campus Elsevier, 2014. v. 1. 336p

Wehrey, Frederic. "Is Libya a proxy war?" *The Washington Post*. Outubro de 2014. <http://www.washingtonpost.com/blogs/monkey-cage/wp/2014/10/24/is-libya-a-proxy-war/> (acesso em 4 de Maio de 2015).

World Affairs Journal. "U.N. unveils six-point plan to end Libya crisis." *World Affairs Journal*. 25 de Março de 2015. <http://www.worldaffairsjournal.org/content/un-unveils-six-point-plan-end-libya-crisis> (acesso em 9 de Maio de 2015).